

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 14 de março de 2022 - Ata n.º 15.

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **15.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Enquanto o nosso 1.º Secretário acaba de chegar, vou conceder a ele a honra de ler as mensagens encaminhadas aqui pelo Sr. Governador a esta Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)
Mensagem n.º 10/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação

da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 79/2022), que dispõe sobre a estruturação da autarquia Paraná Esporte; Mensagem n.^º 11/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Substitutivo Geral (Emenda autuada sob o n.^º 1/2022), ao Projeto de Lei n.^º 76/2022, que revoga a Lei n.^º 20189, de 28 de abril de 2020.

Comunicado: Comunico aos Sr.^s Deputados que as Atas Resumidas das 12.^a, 13.^a e 14.^a Sessões Ordinárias, ocorridas em semanas passadas, estão disponibilizadas para leitura pelos Sr.^s Deputados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nas unidades dos gabinetes dos Sr.^s Parlamentares. Decorrido o prazo de 24 horas para pedidos de retificação, estabelecido no §1.^º do art. 7.^º da Resolução n.^º 19/2020, serão consideradas aprovadas e, assim, as íntegras das reuniões serão publicadas no Diário Oficial da Assembleia, conforme estabelecido no art. 139 do Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Galo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Galo; Mabel Canto; e Soldado Fruet.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas. Um dia desses fomos tomados aqui por uma grande surpresa, o Brasil, quando um Deputado de São Paulo falou a respeito das mulheres ucranianas. E hoje venho aqui mais uma vez e quero chamar para este momento a Deputada Cristina Silvestri. No final de semana recebemos uma denúncia que veio de Paranaguá bastante preocupante. Trata-se do Sindicato dos Ensacadores, do Presidente do Sindicato dos Ensacadores em Paranaguá, que é Vereador, o Vereador Lindonei. O Vereador Lindonei, em diversos, diversos áudios que recebi, ele ofende muito as mulheres. Algumas sem citar o nome, mas outras, na totalidade das mulheres de Antonina, as antoninenses, e as mulheres de Paranaguá. Não vou declinar neste momento a maneira e nem o texto porque ele já é público em todas as redes de grupos, que estão divulgando as palavras duras,

duras de aceitar, porque as mulheres foram muito ofendidas. Estive em Paranaguá no final de semana, com o conhecimento do Presidente Traiano, entregando à Câmara Municipal de Vereadores, para o Presidente Fábio Santos, para que explique e tome providências. O Presidente do Sindicato dos Ensacadores, Vereador Lindonei, fala nesses áudios de palavras que estou buscando uma maneira de tentar colocar pelo menos uma aqui, mas elas são tão duras, tão baixas, que acredito que não vou conseguir reproduzi-las aqui, porque o Presidente é capaz de dizer assim: “Deputado, por favor!” Mas quero pedir, encarecidamente, que a Deputada Cristina Silvestre tomasse conhecimento em nome das mulheres parnanguaras, em nome das mulheres antoninenses. Ao conversar com o Vereador Iá na Câmara Municipal de Vereador, o Sr. Lindonei disse-me: “Estou arrependido, errei!” E se os senhores acham que o que o Deputado do Val disse para as ucranianas, que o mundo inteiro comentou, diria que a gravidade é tão ou bem maior do que esse Deputado de São Paulo disse, o que pronunciou o Vereador Lindonei. E o que é triste, tentar se esconder atrás de um nome tão forte, que são os evangélicos, quando diz ele que procurou o seu Pastor, está arrependido, Deputado Gilson, V.Ex.^a, com o Amaro, que representam tão bem o nome de Deus nesta Casa, não que os outros não façam, mas V.Ex.^{as} são do meio, são praticantes, como a Deputada Mara Lima e outros que talvez eu não tenha conhecimento. O que me entristece, por se representante do litoral, é que da envergadura do posto, da colocação de estar Vereador, esse cidadão tenha proferido essas palavras contra as mulheres. São duras, senhoras e senhores. E ainda, em alguns momentos, ele mesmo coloca em dúvida a sua condição de honestidade em dirigir o Sindicato dos Ensacadores, essa categoria aguerrida, essa categoria que é um exemplo para a cidade de Paranaguá, sendo considerado um dos Sindicatos mais antigos que conhecemos em toda a história. Fica aqui então, Presidente, para finalizar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): O meu repúdio ao Vereador Lindonei, mesmo ele tendo dito: “Estou arrependido”. Mas espero todas as providências possíveis para que esse cidadão não volte jamais a repetir o disso ele contra as mulheres, contra os associados do Sindicato, contra as mulheres antoninenses, fazendo com que o nome do Sindicato hoje esteja sendo comentado em boa parte do nosso Brasil. Vida longa, Sr. Presidente. Terno novo, hein, o senhor disse que é antigo, mas é a primeira vez que vejo. Vida longa, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados que nos assistem, a todos que nos assistem pelas redes e pela *TV Assembleia*. Confesso que não tive conhecimento do que o Deputado Galo acaba de relatar, mas rapidamente acesei aqui a internet e pude ver que de fato o Deputado Galo tem toda razão. Esse Vereador, o Adalberto, ele foi muito rude, desrespeitoso. E quero me somar, Deputado Galo, ao seu repúdio neste momento. Inclusive acho que devemos fazer aqui um expediente de repúdio, sei que não é comum na Casa, mas acho que está na hora de fazermos esse expediente nessas situações que envolvem violência contra a mulher. Ele se referiu, Deputado Galo, muito respeitoso, não quis falar aí as palavras, mas falo aqui, Deputado Galo, ele chamou as mulheres de vacas. E quero dizer ao Vereador que até as vacas são sagradas, Vereador, então, não se usa nunca isso para desrespeitar uma mulher, porque as vacas são sagradas na Índia, e as vacas também têm que ter respeito aqui, porque são elas que dão o leite, que muito provavelmente esse Vereador deve tomar também, não é? Enfim, é realmente desrespeitoso, no mês da mulher termos que ouvir mais uma vez uma fala de desrespeito, de violência contra as mulheres. Bom, falando em violência contra as mulheres, o assunto que me traz aqui a esta tribuna hoje foi sobre a realização da Audiência Pública sobre violência obstétrica nos hospitais e maternidades aqui do Estado do Paraná que promovemos hoje pela manhã, em conjunto com a Deputada Cristina Silvestri e com o Deputado Goura. Um tema que infelizmente

tem chegado por meio de denúncias, de relatos em vários municípios do Estado do Paraná, e que não podemos mais deixar de falar, temos que enfrentar essa temática, não é? Muito se romantiza a questão do parto, muitas mulheres não sabem que sofreram violência obstétrica, então, é preciso que tragamos esse tema à tona, debata, e mostre às mulheres que infelizmente essa é mais uma forma de violência que elas passam também. Ouvimos muitos profissionais da área, doula, médicos, representantes dos hospitais, a OAB, a Defensoria Pública, estiveram conosco hoje nessa Audiência para relatar um pouco como devemos enfrentar essa questão da violência obstétrica aqui no Estado do Paraná. Quero agradecer ao Deputado Goura, à Deputada Cristina, e a todos que participaram da nossa Audiência. E outro fato, Sr. Presidente, que me traz aqui hoje, é aquele ditado: *O buraco é mais embaixo!* Na verdade, era o buraco, na verdade eram muitos buracos que estavam ali ontem na BR-376, na via urbana de Ponta Grossa, quilômetro 489. Uma situação totalmente inusitada. Esses buracos provocaram aí pelo menos de 25 a 30 carros ficaram com os seus pneus furados, rodas tortas, ao passarem por esses buracos que já estavam lá há alguns dias. Felizmente, hoje alguém, não sei se o DER, o DNIT, ou alguma empresa contratada, veio e tapou os buracos, arrumou, fez a manutenção, mas o fato merece ser falado aqui, porque realmente foi uma situação muito complicada. Tem um vídeo que está circulando aí pela internet que mostra o exato momento que os carros vão passando por esse buraco ali no início da noite, eles vão tendo que ir para o acostamento porque os pneus acabaram furando, as rodas entortando, e é uma fila gigantesca de carros. E aí as pessoas, ao verem tudo isso, elas começam a ir um pouquinho para frente desse local para tentar sinalizar para que outros veículos não caiam nesse buraco e tenham também prejuízo. Indagado aqui pelo pessoal da cidade, da região, o Secretário Sandro disse que não era competente para arrumar essa situação, que o problema é do DNIT. Foi isso que ele informou aqui para várias pessoas que conversaram com ele na noite de ontem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada, por favor, para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Para concluir, Presidente. Mas o que queremos aqui hoje é pedir providências sobre a questão da manutenção das nossas estradas. Se a competência é federal, tudo bem sobre as estradas federais, mas o Secretário, com o DER, prometeram lá na discussão dos pedágios que continuariam atentos a tudo o que estava acontecendo. Então, cabe ao Secretário Sandro Alex, que agora acho que volta para Brasília nos próximos dias, enquanto Deputado Federal, cobrar do DNIT a manutenção das nossas estradas. Não é só colocar faixa lá nas praças de pedágio dizendo que o pedágio é injusto, acabou, que até por sinal também não era competência do Estado fazer não é? Mas, então, cobramos aqui hoje para que situações como essa, dos buracos, não aconteçam mais no Paraná. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Deputado Federal Ricardo Barros, Líder do Governo no Congresso Nacional. Seja sempre bem-vindo, Deputado. Próximo orador no Pequeno Expediente, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, paranaenses que nos acompanham, boa tarde a todos nós. A nossa luta, Sr. Presidente, contra os pedágios continua. Nos últimos dias parece que o assunto meio que esfriou, mas a nossa luta nunca parou, Sr. Presidente, pois o pedágio é injusto e as concessionárias lesaram os paranaenses. Há pouco agora, às 13 horas de hoje, conversei por videoconferência com o Ministro do Tribunal de Contas da União, o Ministro Anastasia, relatando sobre a nossa representação ao TCU. Acreditamos que as concessionárias que atuaram no Paraná devem, sim, serem consideradas inidôneas. O Ministro nos informou que existe um trabalho muito abrangente em relação às concessões no Paraná e temos esperanças de que nosso Estado não terá nunca mais esses pedágios como no passado. O ideal mesmo seria, com toda certeza, nunca mais ter pedágio e ter ações do Governo para manter as nossas rodovias, mas a nossa Deputada já deixou bem claro aí como está a nossa situação. Infelizmente o que vemos é um Governo do Estado aí fazendo propaganda em cima de obras decorrentes de

acordo de leniência, obras que já deveriam estar prontas, mas que as concessionárias deixaram de fazer, e depois, em um acordo bem bom apenas para elas e para a propaganda do Governador, mas o importante é destacar que no Paraná, além das concessionárias terem nos lesado, o Governo ainda tenta nos enganar, como é o caso do Trevo de Cataratas. O Governador teve o despautério, gritando aos quatro cantos aí que um investimento de setenta e tantos milhões, como se o Estado, como se fosse o Estado fazendo a obra, mas na verdade é uma obra surrupiada do povo paranaense e pela qual cada usuário de pedágio pagou por aquilo ali. Então, a nossa luta contra o pedágio e contra as mentiras desse Governo continua. E reportando à minha colega, Deputada Mabel, sempre pego a BR-277, houve muitos acidentes com caminhões na rodovia, porque é época de safra, que quebraram aquelas proteções em determinadas curvas bem perigosas. Ou seja, acabou aquela proteção, não tem, então se o carro cai ali, vai ribanceira abaixo. E não é nem uma, nem duas curvas, são vários locais que estão totalmente destruídas aquelas proteções ali e nada é feito. Tomara que o Deputado Sandro vá para lá e cobre do Governo, até se o nosso Líder do Governo está presente na plenária que por favor converse lá com o pessoal do DNIT, não sei, para nos ajudar aqui, porque estamos abandonados, abandonados pelo Governo Estadual e também nessas questões da rodovia pelo Governo Federal, porque um empurra para o outro. *Fala com o Governo. Não, o problema não é nosso, o problema é do Governo Federal.* O Governo Federal fala: *Não, a concessão ainda é do Estado.* Aí o povo está se lascando sem essas manutenções de rodovia, que não está fácil, está feio mesmo o negócio, não vai aguentar mais um ano, meio ano que seja, sem nenhuma providência a ser tomada. Muito obrigado, Sr. Presidente. Por hoje é só. Uma ótima semana a nós aí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos ao horário do Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Hoje fizemos uma reunião muito produtiva com o Deputado Ademar Traiano, nosso Presidente da Assembleia, com a presença de representação da agricultura familiar, várias cooperativas organizadas pela Unicafes, também pela Fetraf, pela Fetaep e também pela CCA. Essas cooperativas vendem para o programa da alimentação escolar do Estado do Paraná. Tinha um edital que constava um investimento de 162 milhões para aquisição de alimentos este ano para as nossas escolas, houve uma redução na hora de apresentar os contratos, redução que causou bastante preocupação para os agricultores e agricultoras, redução de 35%. Tem alguns produtos que o corte foi de 100%, teve produtos que o corte foi de 55%, 50. Enfim, isso inviabiliza, porque essas instituições se prepararam, essas famílias também se prepararam, fizeram investimentos, agora algumas agroindústrias teriam que fechar se de fato essa redução for mantida. Mas aí saímos dessa reunião, estava presente conosco também a Deputada Luciana Rafagnin, saímos dessa reunião com um compromisso importante do Deputado Ademar Traiano de levar esse debate ao Governador. Acredito que podemos superar essa preocupação que têm as nossas cooperativas da agricultura familiar, e dos nossos estudantes, que são eles que são de fato os que mais precisam dos alimentos da agricultura familiar...

Deputado Tadeu Veneri (PT): O senhor me dá um aparte na sequência, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... para que a alimentação seja bem nutritiva e que beneficie a saúde desses estudantes. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado Professor Lemos. Só agradeço o senhor me conceder o aparte, mas só quero fazer uma referência e uma lembrança, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, a cultura familiar no Paraná emprega uma quantidade de pessoas imensa, principalmente na região Centro-Sul, a região de Francisco Beltrão, sudoeste, a região Centro-Sul aqui de Iriti,

União da Vitória, onde está o Líder do Governo inclusive. E quando o Estado resolveu comprar carne, carne de gado, carne suína, carne de frango, congelada, aliás, carne que é salgada e cozida, de R\$ 148 milhões era a chamada, colocamos que aquilo não poderia afetar, Deputado Ademar Traiano, a compra da agricultura familiar. Aliás, conversei com o Chefe da Casa Civil à época, hoje, nosso colega aqui, o Deputado Guto, que está à Mesa com os senhores. O Deputado Guto lembra que levamos essa reivindicação com o Deputado Lemos, com a Deputada Luciana, que os valores do PNAE eram muito menores do que os valores que já haviam sido acertados no ano anterior. E se isso prevalecer, com a quebra que houve em algumas culturas, teremos uma quantidade de pessoas aqui na cidade de Curitiba, e outras cidades, imensa. Acho que a preocupação que o Deputado Lemos traz é extremamente importante, em um ano que tivemos 7 bilhões de superávit, é bom lembrar disso. Sete bilhões de superávit, não dá para cortar pela metade a compra do PNAE e colocar na miséria de centenas de milhares de famílias paranaenses.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado, pelo aparte, Deputado Tadeu Veneri, que contribui muito aqui com a nossa fala. O Deputado Ademar Traiano já se movimentou, não ficou parado, já percebeu que é preciso alterar a nossa legislação, para acolher esse pleito justo da agricultura familiar do Estado do Paraná. E se dispôs a trabalhar com a Assembleia para alterar a legislação paranaense, para permitir que a compra seja feita diretamente do Estado, com recurso também do Estado, para alimentação escolar. Complementando aquele recurso que vem do FNDE, que vem do Governo Federal, que é um recurso que está congelado no valor de R\$ 0,36 por refeição, por criança, por dia, desde 2017. Tudo aumentou, então, não se compra nem metade do que se comprava com esse dinheiro que vem de Brasília. Por isso, o Paraná pode e deve complementar. É preciso encontrar, então, uma saída legal. Aí, o compromisso do Presidente da Assembleia, com as nossas entidades da agricultura familiar, de encontrarmos essa solução. Fiquei bastante animado e quero crer que logo, logo teremos novidade positiva, boa para a agricultura familiar do Estado do Paraná e para os nossos estudantes que precisam de alimentos saudáveis. Quero aqui também, Sr.

Presidente, falar da nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná, da polícia e dos bombeiros militares, que estão em mobilização já há mais de um ano. Por três vezes organizaram acampamentos aqui na frente do Palácio e na frente da Assembleia. Estão acampados e estão cobertos de razão. O Governo precisa com urgência atender a essa reivindicação, que é muito justa, que é rever a lei que regulamentou o subsídio para os Praças. Os Praças tiveram alteração na tabela quando da implementação do subsídio. Acompanhei de perto, fui autor da Emenda Constitucional n.º 29, que possibilitou a implantação do subsídio no Paraná, mas a lei que implementou foi de autoria do Ex-Governador Beto Richa e ela tem problemas. Um deles é o percentual que cada patente tem com relação ao Coronel. O Soldado recebia, no início de 2012, 33% do salário do Coronel. Isso caiu para 22%. No Brasil, esse percentual é diferente. Vejam, em Minas Gerais é 29%, o Soldado recebe 29% do que recebe o Coronel; no Ceará é 32%; em Roraima é 36%; Rondônia, 40%; no Distrito Federal, onde tem o melhor salário da Polícia Militar do Brasil, é 41%, então, um Soldado recebe 41% do que recebe um Coronel; no Amapá é 49%; Tocantins, 49; em Goiás é 51%, é mais da metade. Então, essa proporção foi diminuída aqui no Paraná, no momento de implantar o subsídio para a Polícia Militar. Foi um equívoco, reclamamos aqui disso, mas não tivemos voto suficiente, neste Plenário, para alterar aquela lei. Então, por isso, apresentamos um requerimento no ano passado, ainda em 2020, no final de 2020. A resposta veio em 2021, veio do Comando-Geral, resposta elaborada pelo Estado Maior da Polícia, dizendo que assiste razão o requerimento e que o Governo precisa alterar essa lei do subsídio e corrigir as injustiças feitas com os Praças. Por conta da mobilização da Polícia Militar, o Governo constituiu uma Comissão, que está trabalhando para apresentar um Projeto a essa Assembleia. Só que o tempo, Deputado Nereu Moura, corre e no máximo até 2 de abril tem que estar aprovado aqui nesta Casa, porque começa o período eleitoral. Então, quero aqui mais uma vez, contribuindo com a luta dos nossos policiais e bombeiros, pedir ao Governador que mande o quanto antes para esta Casa o Projeto, para darmos conta de aprovar em tempo, para corrigir essa injustiça com relação aos Praças do nosso Estado. Tem outra coisa importante, os da reserva,

aqueles que estão aposentados, que tiveram uma redução de salário de mais de R\$ 600,00 por mês, por conta da reforma da previdência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Professor Lemos, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. A reforma da previdência para a Polícia Militar, para os bombeiros militares, foi feita em Brasília, mas o Paraná pode reduzir o impacto negativo dessa reforma, porque aqui no Paraná, os policiais militares sempre pagaram previdência igual pagam os civis. Eu que sou professor recolho todo mês previdência, como professor, pago o mesmo percentual que os policiais, os aposentados, que sempre pagaram. Ocorre que agora eles estão pagando previdência do salário inteiro de aposentado. Tiveram uma redução do salário líquido, em mais de R\$ 600,00 por mês. Está errado isso e o Paraná pode corrigir. Já fizemos um requerimento aqui enviado ao Governador, com a sugestão de como corrigir essa injustiça, devolvendo ao contracheque do policial aposentado a mesma quantia que é tirada para a previdência. Ponto, ele não perde nada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. O Estado pode e deve fazer justiça com os da reserva, com os aposentados da nossa polícia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Anibelli Neto, pelo MDB. O Deputado Anibelli no momento não está presente. Nereu? Pois não, Deputado Nereu Moura, pelo MDB.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Nereu Moura (MDB); Ricardo Arruda (PSL); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese

(PROS); Goura (PDT); Michele Caputo (PSDB); Marcio Pacheco (REPUB); Guto Silva (PSD); Hussein Bakri (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Senhor Presidente, Deputado Tercílio Turini, meu estimado amigo, Sr.^s Deputados, senhoras e senhores. O que me traz à tribuna hoje é para falar sobre um problema grave que está ocorrendo sobretudo no Oeste do Paraná. Em 2014, o Governo Federal começou uma duplicação de 73 quilômetros da BR-163. Uma rodovia muito importante, a quarta rodovia de maior extensão do Brasil, que começa na cidade de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, e vai até o município de Santarém, no Pará. Uma via, uma artéria significativa ligando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Paraná, o Centro-Oeste do Brasil, com o Norte do Brasil. Essa rodovia, quando foi licitada, começou a obra em 2014, porém, Deputado Tercílio Turini, com idas e vindas, com obra paralisada e reiniciada. Existe um trecho entre o município de Realeza e o município de Lindoeste, em uma extensão de 17 quilômetros, encontram-se paralisadas as obras, ocasionando prejuízos de elevada monta, inclusive, com muitas ocorrências de acidentes com vítimas fatais. Essa obra prevê a construção de uma segunda ponte, sobre o Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e o município de Realeza. A ponte está pronta, assim como acredito 2/3 da obra está pronta, entretanto, está paralisada. Em um descaso total, em uma falta de responsabilidade total, aqueles trechos que estão prontos não estão liberados para o trânsito de automóveis ou de caminhões, sendo uma rodovia de grande trânsito. Por isso mesmo, em uma distância de 17 quilômetros, muitas vezes se leva duas horas para percorrê-lo em razão da irresponsabilidade do Governo, do total descaso. A Polícia Rodoviária Federal, que cuida e fiscaliza o trecho, é muito atuante nesse trecho, porque todo cidadão ou cidadã que queira utilizar a rodovia que está pronta, mas não está liberada, é multada com multa expressiva. Deputado Nelson Luersen, sabe muito bem disso, Vossa Excelência que atua naquela região. Portanto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para pedir ao Governo do Paraná, ao Governador Ratinho e ao Secretário Deputado Alex que interfiram junto ao Governo Federal, para que os serviços daquela rodovia sejam reiniciados e que os trechos que estão concluídos, a começar pela ponte sobre o

Rio Iguaçu, sejam liberados para o uso das pessoas que frequentemente andam por aquela rodovia. Esse é o nosso reclamo. Não é possível que a rodovia, a BR-163, tão expressiva, com 4.057 quilômetros, esteja na situação em que está hoje.

Deputado Nelson Luersen (PDT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): ... abandonada, jogada às traças, em total desrespeito ao povo do sudoeste e do Oeste do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, enfim, de todo o Brasil. Concedo com prazer o aparte a Vossa Excelência, Deputado Nelson Luersen.

Deputado Nelson Luersen (PDT): Deputado Nereu Moura, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer esse assunto até a tribuna da Assembleia, é algo preocupante, e Vossa Excelência foi muito feliz. É uma obra que iniciou em 2014, passamos o Governo da Dilma, do Michel Temer e, logo que o Presidente Bolsonaro assumiu, tivemos a retomada da obra e vinha acontecendo. Infelizmente foi interrompida a obra há mais de um ano e os transitantes vêm sofrendo muito realmente. São acidentes causados por muitos buracos, crateras. Há morosidade, o tráfego ali deve diariamente passar mais de 10 mil veículos. Uma rodovia importante que liga o Norte do Brasil ao Sul do Brasil, sem dúvida nenhuma uma obra que precisa ser concluída. Como Vossa Excelência disse, foram mais de 500 milhões investidos naquela rodovia, mais de 65, 70% das obras já estão concluídas. Então, bastaria o Governo colocar um aporte lá de 150 milhões para concluir essa obra. E se Vossa Excelência analisar bem, para o Governo Federal, para o DNIT, 150 milhões não é um recurso tão grande assim. Então, seria possível, sim, fazer um cronograma de obra e concluir aquilo no prazo máximo de um ano, dando tranquilidade à região. O que está lá está se perdendo devido à chuva, devido à falta de uso, devido à manutenção. Então, é uma obra que precisa ser reiniciada, precisa ser concluída, para fazer essa ligação importantíssima entre o Oeste e o sudoeste do Paraná, levando o desenvolvimento, fazendo com que os transitantes tenham mais qualidade no seu

dia a dia. Então, parabéns pelas colocações. Estamos juntos nessa luta para reivindicarmos a retomada da obra por parte do Governo Federal.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Muito obrigado, Deputado Nelson Luersen. Vossa Excelência que conhece muito bem, 150 milhões termina a obra, daqui a pouco serão 300 milhões. Isso é *fichinha* para um Governo que tem 20 bilhões de orçamento secreto. Poderia muito bem pegar uma parte do orçamento secreto e terminar uma obra com dinheiro público, que ali foi aplicado com absoluta prioridade e necessidade, mas que infelizmente está se desmanchando, se perdendo, em razão do abandono, de a obra estar paralisada. Deputado Anibelli, acabei usando o horário do MDB, Vossa Excelência não estava aqui. Sei que Vossa Excelência vai trazer um assunto importante, que é a vinda da nossa Senadora Simone Tebet ao Paraná, no final de semana. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Agradeço o aparte, Deputado Nereu. De fato, estávamos com muitas pessoas no gabinete e acabei me atrasando, mas fico muito feliz que Vossa Excelência tenha usado o horário do nosso MDB, para uma pauta extremamente importante. Concordo com tudo o que foi falado por Vossa Excelência e pelo Deputado Nelson Luersen. A pior obra é aquela que não é terminada. Portanto, é fundamental que empenhemos o interesse público acima de tudo e o mais rápido possível seja concluída essa importante obra, que vai ligar o Oeste com o sudoeste. Mas a respeito da vinda maravilhosa da nossa pré-candidata Simone Tebet, vou usar o horário amanhã para que tenhamos mais condições, mais tempo de podermos abordar essa pessoa que está, efetivamente, empolgando toda a nossa militância, e também o resultado da reunião que fizemos hoje pela manhã com os coordenadores regionais, a respeito da questão do convite que o Governador Ratinho Junior fez para o MDB. Acho que por uma questão de lealdade e até porque, regimentalmente, não podemos usar esse horário, amanhã, vamos poder com toda a tranquilidade usá-lo. Tenho certeza de que Vossa Excelência estará aqui ao nosso lado, apoiando-nos como sempre o fez. Muito obrigado.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Agradeço ao Deputado Anibelli e o parabenizo pelo grande trabalho que está fazendo no MDB, fazendo esse partido forte, pujante, que, certamente, iremos disputar essa eleição com uma bela chapa de candidatos a Deputados Estaduais e Federais e com a nossa candidata Simone Tebet, candidata a Presidente do Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do PSL, com a palavra o Deputado Ricardo Arruda. Alô! Som para o orador.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Está liberado. Alô, alô? Liberado. Aí, sim, Presidente. Está me boicotando? Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, a primeira parte aqui da minha fala vai ser a respeito desse filme que está criando uma polêmica nas famílias do Brasil inteiro. É um filme que a Netflix está exibindo. O tema do filme chama-se: *Como se tornar o pior aluno da escola*. Deputado Tercílio, veja que tema interessante, não é? Em vez de fazer um filme *Como ser o melhor aluno e ter um futuro*, não, os caras já jogam para baixo, como ser o pior aluno. E o pior é que esse filme possui cenas fortíssimas de apologia à pedofilia, que é crime, que está no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 241. Agora, não entendo como é que a censura liberou esse filme para idade acima de 14 anos. Não tem cabimento isso. Não tem cabimento, hoje, um pai e uma mãe que estão em casa e nem sabem que um filme desse está passando, normalmente, na Netflix, sem nenhuma orientação, que tem cenas fortes, tipo essa de pedofilia. Não é uma brincadeira, é algo muito sério. Aqui, se defendemos sempre os valores da família brasileira, como que vem um filme veiculado na Netflix, que quer deturpar todos os bons valores de família? Ora, é uma coisa realmente inadmissível. O que vamos fazer agora? Pediram-me aqui e estou fazendo o seguinte, estamos fazendo uma representação criminal junto ao Ministério Público, contra a Netflix, por permitir ou veicular um filme que está totalmente fora do parâmetro e da idade mínima para ser visto. Temos que agir com rigor. Não adianta aqui nota de repúdio, não, tem que agir é na *veia* mesmo. Vamos fazer uma ação criminal contra a Netflix e pedir que seja retirado

da programação esse filme. Ou retiram-se as cenas de pedofilia, ou muda-se a idade, para ver uma porcaria de um filme desse, que não traz nada de bom para ninguém.

Deputado Gilson de Souza (PSC): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Pois não, Deputado.

Deputado Gilson de Souza (PSC): Deputado Arruda, apenas para me somar a Vossa Excelência com relação a essa indignação, que realmente é um absurdo. Vi uma parte, uma cena desse filme, que na verdade é o assédio de um adulto a algumas crianças, mas algo que não dá nem para mencionar aqui, realmente, o que de fato aconteceu. Esse filme realmente faz apologia à pedofilia. Não podemos nos calar, até porque o Estatuto da Criança e do Adolescente protege as crianças com relação a isso. Nós que somos Deputados, estamos aqui em uma Casa de Leis, precisamos realmente nos posicionar. Somente para me somar às ações que o Deputado pretende tomar com relação a isso.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Muito obrigado. Vamos tomar juntos.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Um aparte, por favor, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Lembrando de que esse artista aí, esse Fábio Porchat, não é de hoje que ele agride os valores da família, que ele agride as igrejas. Esse cara deveria ter sido proibido já de ser um artista, que traz o mal à população, não respeita as famílias, não respeita as igrejas, não respeita nada e nem ninguém. Mas as medidas cabíveis serão tomadas. Outro assunto aqui que já venho batendo e já passou de todos os limites é a atitude de Promotores de Justiça que se julgam ou médicos ou Deputados. Eles estão fazendo ofícios obrigando ou sugerindo a vacinação contra a Covid de crianças e jovens. Aí, as escolas ficam intimidadas, comunicam os pais e muitos pais não querem vacinar os filhos. Agora, como que um Promotor de Justiça tem a *cara de pau* de fazer isso? Ele não tem nem autoridade, nem autonomia, para isso. Por quê? Porque

não há lei que obrigue a vacinação compulsória. A determinação do STF diz que a vacinação compulsória é permitida, desde que mediante lei. Não tem lei que faça obrigar um pai ou uma mãe a vacinar um filho, ainda mais hoje em dia, que muitos países já suspenderam a vacinação de crianças e jovens saudáveis devido aos graves efeitos colaterais. O último estudo do FDA diz que o risco da vacina é 100 vezes maior do que o risco de Covid para essa faixa etária. Então, é inaceitável! Tem uma Promotora aqui de Londrina... Deixem-me ver o nome aqui. Já vou ver o nome para falar! Mas os Promotores, Deputado Tercílio, o senhor que é médico, eles estão se baseando em um memorando, na Circular n.º 71/2022 da Secretaria Estadual da Saúde, a Sesa, que cita o Plano Nacional de Imunização naquela lei que aprovamos aqui das vacinas obrigatórias. Na relação de vacina, não existe a vacina da Covid, a vacina da Covid não é obrigatória! Então, a Secretaria da Saúde está errada! Estou encaminhando hoje um ofício ao Governador, ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário da Saúde para que revoguem, revoguem esse memorando, porque está errado e está dando lastro para Promotores que se julgam médicos ou Deputados e que querem fazer leis que não existem, obrigar ou sugerir às famílias a obrigação da vacina da Covid para crianças acima de cinco anos de idade.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Depois o senhor me dá um aparte, Deputado? Por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Pois não, Deputado.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Desculpe, mas o som do senhor estava muito ruim aqui, estávamos ouvindo bem baixo. Só aquela primeira parte, desculpe-me entrar...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Não tem problema, Deputado Amaro.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Fazemos todo esse trabalho muito bom e bonito e têm pessoas com esse pensamento ruim, como Danilo Gentili e Fábio Porchat. Acho que não adianta só nos indignarmos, mas a população deveria

cortar esse pessoal, porque não adianta não gostarmos e continuarmos assistindo *The Noite*, assistindo aos programas deles e conectados às redes sociais. Então, queria dizer aqui para a população que assiste à *TV Assembleia* que você que não gosta desse tipo de conteúdo, dê um *dislike* lá, não siga essas pessoas, porque essas pessoas, não é, Deputado Gilson, fazem mal para a saúde dos nossos filhos. Essas pessoas fazem mal, muito mal! Então, estamos falando aqui, tem coisas a serem feitas, mas quando eles sentem no bolso, aí veem como a coisa é pior. Como o Mamãe Falei, falou besteira demais, ganha muito mais do que Deputado nas redes sociais e agora está perdendo. E se esses dois aqui perderem também, perderem contratos, Deputado Arruda, como jogadores de futebol acontece...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Exatamente.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Quando o Robinho se envolveu agora na pedofilia, que está sendo julgado lá na Itália, foi julgado, perde contrato. Todos eles perdem contratos! Cadê as pessoas que patrocinam esses programas, as empresas que patrocinam esses programas? Caiam fora desses caras, porque senão tem que cortar as empresas também. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Obrigado pelo aparte, Deputado Amaro. Vamos agir realmente vigorosamente contra esse tipo de artista. Para concluir aqui, recebi já famílias de Londrina, lá a Promotora é a Suzane Lacerda, em Ibaiti é o Promotor Wilson e tantos outros Promotores em outros municípios estão tomando a mesma atitude! É inaceitável esta Casa ficar calada vendo Promotores rasgarem a Constituição Federal e quererem agora determinar o que não está ao alcance deles. Ora, onde já se viu isso? Já não basta o STF fazer isso diariamente, rasgar a Constituição? Será o que o mau exemplo vem do STF? Estamos representando esses Promotores junto ao Ministério Público. Ora, isso tem que parar. O Ministério Público tem que tomar uma atitude e exigir que esses Promotores parem de sugerir, porque não são médicos, ou parem de exigir que os pais vacinem filho senão não podem matricular nos colégios, porque eles não têm

lei para se basear e cobrar nada disso. Então, falo aos pais de famílias que receberam essa carta: rasguem e joguem no lixo, porque não vale absolutamente nada esse ofício de Promotor ou a ameaça que estão fazendo de ir ao Conselho Tutelar para ameaçar pai e mãe. Quem cuida de filhos é pai e mãe... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Arruda, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Para concluir. Fica aqui a minha fala. Vamos apresentar aqui essas representações junto ao MP. Queremos, sim, que o Brasil ande nos trilhos, corretamente. Cada Poder tem o direito e a obrigação de cumprir o seu papel. Como Parlamentares, estamos aqui para fazer leis, atender aos municípios e fazer de tudo para melhorar a vida das pessoas, então tenho que defender esses pais que me procuram, porque esses Promotores estão perturbando a tranquilidade dos pais. As pessoas nem dormem porque não querem vacinar os filhos, mas é um direito deles! Não sou contra a vacina, mas vacina quem quer vacinar! Quem não quer não vacina e ponto-final. Até porque a pandemia... já acabou a pandemia, gente! Ora, e o passaporte sanitário, o comprovante não serve para nada, já está provado que não protege nada e nem ninguém, o Conselho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, por favor, para concluir... Pela Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, antes de iniciar o pronunciamento que me traz aqui, Sr. Presidente, quero fazer uma referência hoje, dia 14 de março, cinco anos da morte de Marielle Franco e de seu motorista Anderson. Cinco anos que temos, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, algumas pessoas presas, acusações feitas a outros, mas de forma absolutamente inconsistente, e até hoje ninguém sabe por que Marielle foi morta, quem mandou matar e, pior, quais as implicações que tem com diversos segmentos, inclusive segmentos ligados à política. Marielle Franco morreu em

uma noite de 14 de março e aquela situação, o senhor lembra, Sr. Presidente, ficou marcada no Brasil e que talvez seja uma das poucas situações em que as câmeras de televisão ou as câmeras que deveriam registrar os carros que passavam por ali, naquele dia estavam desligadas justamente no local onde Marielle foi morta. Prenderam algumas pessoas, há um preso, outro que talvez soubesse, Deputado Mateus, por que Marielle foi morta e quem mandou matar Marielle, que era o Capitão Adriano, foi executado no interior da Bahia e até hoje não se sabe absolutamente nada, a Polícia Federal não sabe, várias das pessoas que estavam investigando, inclusive Delegados, foram afastados e o processo continua sem que uma resposta seja dada. Faço este registro porque amanhã temos na CCJ um Projeto de Lei que pretende fazer o dia 14 de março como o Dia Estadual de Combate à Violência Política, o dia da morte de Marielle Franco. Marielle continua presente conosco, mas é preciso que saibamos quem a matou de fato, por que a matou, a mando de quem e até quando vamos aguardar que a Polícia Federal e a Polícia do estado do Rio de Janeiro apurem esse bárbaro crime. Quero fazer também aqui, Sr. Presidente, um registro que nos deixa bastante satisfeitos, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, porque diz respeito a um Ex-Deputado desta Casa, Ex-Prefeito de Curitiba, por três vezes Governador do Estado, Senador da República, uma pessoa que esteve, Deputado Nereu, durante muitos anos, a sua vida toda praticamente militando no MDB, saiu do MDB e no último sábado, quando fizemos uma plenária convocando, na verdade um lançamento político de pré-candidatura, o Ex-Governador Roberto Requião afirmou que nesta semana, no dia 18, irá fazer a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores e já de antemão declara estar com o seu nome à disposição para concorrer ao Governo do Estado do Paraná. É uma situação importante, tem pessoas que têm divergência com o Ex-Governador, é natural, tem pessoas que concordam e muito com o Ex-Governador, é uma figura que tem, claro, uma personalidade muito forte, dizia-me o Deputado Nereu inclusive de várias histórias de lealdade, histórias de tristezas e histórias de alegrias, mas histórias que conviveu com o Ex-Governador Requião. O Ex-Governador Requião saiu do seu Governo com uma aprovação que talvez poucos governadores tenham tido. E fico

muito satisfeito, muito feliz em saber que fará esta caminhada agora pelo Partido dos Trabalhadores. O Ex-Presidente Lula, já declarado como pré-candidato a Presidente da República, estará em Curitiba nos dias 18, Deputado Guto, e no dia 19, estará em Curitiba para assinar, com outras personalidades políticas, Ex-Governadores e também Senadores, estará aqui para assinar a ficha do Governador Requião. Para nós, Deputado Anibelli, gostaríamos que a situação talvez fosse outra, mas para nós é uma honra receber o Ex-Governador Roberto Requião no nosso partido e saber da sua caminhada, da sua história, um homem com 81 anos que poderia estar em casa! Podemos divergir e certamente muitos divergem, mas é difícil você fazer uma acusação ao Governador Requião que ele não se envolveu com a política de corpo e alma e com paixão, com muita paixão. E espero que essa paixão possa ser aquela, Deputado Romanelli, que na eleição deste ano possa nos levar a um segundo turno e nos levar a disputar, o Partido dos Trabalhadores com o Ex-Governador Requião, levar Lula a Presidente, levar o Governador Requião a Governador do Estado e termos uma grande bancada de Deputados Federais e Estaduais e pacificarmos, porque é essa a intenção, pacificarmos as relações que tenham porventura sido em algum momento feitas de forma açodada, porque o que nos interessa é um Estado que possa olhar para a frente, um Estado que possa ter condições de tratar os seus de forma igual, de tratar a agricultura familiar, como dissemos aqui, da forma como ela precisa ser tratada. E volto a dizer, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, precisamos de um Governador que olhe para a educação de forma diferenciada da forma como está sendo olhada hoje. E quero citar dois casos aqui que já falei várias vezes e vou repetir pela enésima vez o que acontece com aqueles que são os chamados Agentes I e II dentro das escolas. Em maio tivemos 10 mil demissões de PSSs, três empresas contratadas a um valor absurdamente alto, Deputado Nereu, quase R\$ 480 milhões, e parte dessas empresas sequer paga os salários, parte delas não paga os valores acordados com o próprio Governador do Estado, parte delas inclusive está fechando e uma delas, recebi várias ligações, uma delas, a empresa Soluções, deu aviso-prévio para o dia 4 de abril, o contrato vai terminar em 26 de março, não pagou salário, não pagou vale-alimentação, fecharam o escritório em

Curitiba e o atendimento agora é feito pelo telefone em São Paulo, que nunca atende. A outra, uma empresa que também atendia aqui em Curitiba, aqui não vai dar para os senhores verem, obviamente, mas uma empresa que está aqui que fechou em Curitiba e 1.200 funcionários passaram para uma nova empresa. Mas a pergunta é: É verdade que estamos vivendo em um período de excepcionalidade, inclusive aprovado por esta Casa, como voto contrário do Deputado Homero, único voto contrário, mas que sempre registro, um estado de calamidade pública, o Estado do Paraná com R\$ 7 bilhões em caixa e em calamidade pública, o que permite contratação sem licitação, e agora contrata uma empresa, está aqui, a empresa contratada, Sr.^s Deputados, fez com os novos possíveis funcionários que vão fazer as suas fichas, as suas inscrições, ficasse durante dois dias com filas dobrando o quarteirão, ficasse em um sol de 30°C a 32°C mais de 6 a 7 horas em pé esperando por uma contratação e, o que é pior, a empresa diz que vai pagar menos do que o salário mínimo nacional porque eles não podem cumprir 44 horas, só irão cumprir 40 horas. Isso é vergonhoso! Uma empresa de São Paulo que vem aqui, agora vem uma de Goiás, dizer, Deputado Lemos, que não pode sequer pagar um salário mínimo! Cadê o Governador Ratinho? Será que o Governador Ratinho não sabe disso? Pergunto ao Líder do Governo, que é um Deputado sempre preocupado com o Governo. O Governador Ratinho tem que fazer a rescisão dessas empresas, não tem que passar a mão na cabeça de picaretas, porque digo com todas as letras que são empresas picaretas, empresas que foram contratadas pelo Governo do Estado para contratar pessoas e roubar essas pessoas, não pagam salário, não pagam auxílio-alimentação, dão aviso prévio e não pagam sequer aquilo que deveriam pagar, fazem as pessoas ficarem 10, 12, 15 horas em uma fila e dizem que vão pagar menos do que o salário mínimo! É nome para todo lado, é Gema, é Analisys, é..., todos os nomes, é Soluções, que fez os funcionários assinarem o contrato sem que pudesse ler o contrato. Será que o Governador não sabe disso? Governador Carlos Massa, pelo amor de Deus, o senhor contratou por R\$ 460 milhões empresas que estão fraudando as relações trabalhistas, o Estado. E aí o Governador pode procurar a sua Procuradoria... Procurar a Procuradoria é quase uma contenção! Mas, busque

a Procuradoria, Deputado Gugu, o senhor que é advogado, e veja lá o Estado que contrata terceirizadas, as terceirizadas que não cumprem as suas obrigações, o Estado é também responsabilizado, ele é também o responsável pelas contratações se essas empresas não cumprirem aquilo que está acordado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Por isso, Sr. Presidente, acredito que o Governador Carlos Massa tem uma história, podemos divergir do Governador, não da pessoa Carlos Massa, porque aqui não é o caso de falarmos de pessoas e, sim, de mandatários políticos, até porque nunca o fiz na forma pessoal, mas o Governador do Estado do Paraná sabe que hoje estão fraudando o Estado. É impossível! Se o Governador não sabe, tomo a liberdade de mandar as mensagens que recebemos ao Líder do Governo, para que encaminhe ao Governador. Vou fazer isso ao Deputado Gugu. Vou mandar as fotos, Deputado Gugu, ao senhor, vou mandar as reclamações que temos de pessoas que estão escutando que vão assinar um contrato para não receber um salário mínimo porque a sua carga horária será de 40 horas e não de 44. Isso é roubo! Isso é fraude! Por quatro horas no mês não pagam o salário mínimo! Que bando de sem-vergonhas, vêm de Goiás, vêm de São Paulo, vêm do Rio para roubar o povo paranaense... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Espero não voltar mais à tribuna para falar sobre isto, mas são R\$ 460 milhões que estão em jogo, é o Estado que está em jogo e milhares de pessoas que hoje estão sendo roubadas por serem pobres. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do PROS, com a palavra o Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e população que nos assiste, boa tarde. Em 2020 o Congresso Nacional aprovou a emenda à Constituição n.^º 108, que, entre outras determinações, como a alteração no cálculo do Fundeb, por exemplo, determinou mudanças na repartição do ICMS pelos estados aos municípios, em especial para dispor que pelo menos 10% do ICMS repartido para os municípios tivesse a distribuição com base em índices que apontassem a melhora dos parâmetros educacionais de cada município, Deputado Tercílio. O objetivo é premiar os municípios que conseguirem avançar na educação das suas crianças. A emenda à Constituição também determinou que as Assembleias Legislativas teriam dois anos para aprovar uma lei que fixasse afinal qual seria essa nova fórmula de distribuição do ICMS e como esse índice de melhoria da educação funcionaria. Ou seja, aqui no Paraná, Deputado Anibelli, temos até o próximo mês de agosto para discutir e votar uma nova lei de repartição de ICMS aos municípios paranaenses. Alguns estados já começaram essa discussão, já aprovaram essas leis e no Paraná essa discussão começou na última quinta-feira, quando o nosso gabinete organizou, em conjunto com o gabinete da Vereadora de Curitiba, Amália Tortato, uma Audiência Pública sobre o assunto. Em 2021, o Paraná repartiu com os seus municípios cerca de R\$ 7 bilhões e 500 milhões em ICMS, já descontada a parte que forma o Fundeb, ou seja, os 10% que a emenda à Constituição manda distribuir com base em índices de evolução da educação equivalem, portanto, a R\$ 700 milhões, o que é um valor bastante significativo. Ouvimos representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Associação dos Municípios do Paraná, o Ex-Secretário de Finanças de Curitiba, Vitor Pupi, e especialistas em educação e, pela primeira vez, anunciamos isso com bastante orgulho, a Secretaria da Educação do Paraná apresentou publicamente o índice que está pensando em propor ao Governo do Estado para medir a evolução da educação. Representantes dos municípios pequenos, médios e grandes têm a preocupação de não serem prejudicados com eventual redução do repasse. E esta discussão é

muito importante porque neste caso a conta tem, sim, soma zero, ou seja, para alguns municípios ganharem mais ICMS, outros necessariamente vão perder. Quais serão esses critérios de repartição do ICMS, em especial do índice de evolução da educação? Esta Assembleia que vai decidir e tem pouco mais do que cinco meses para fazer isso. Para facilitar, a nossa equipe, Deputado Tercílio, elaborou uma ferramenta incrível que será disponibilizada em nosso site homeromarquese.com.br nesta semana, talvez hoje ainda, que é um simulador de repartição do ICMS, em que o interessado pode simular cenários, Deputado Arilson, e verificar quanto cada município ganhará ou perderá a partir do uso de determinado índice – queria agradecer ao Raphael e ao Cléverson, da minha equipe, em especial, por fazer isso. Vamos ficar de olho nesse assunto! Um segundo assunto sobre o qual gostaria de falar, já foi abordado aqui pelo Deputado Ricardo Arruda, tem a ver com a atuação do Ministério Público no Paraná sobre vacinação de crianças. Muitos pais estão preocupados com uma ação do Ministério Público que estaria obrigando os pais a vacinarem suas crianças sob pena de punição como multa, ação de obrigação de fazer e eventualmente até mesmo perda da guarda dos filhos ou do poder familiar. Começou em Curitiba, está se estendendo por várias cidades do Estado e tem funcionado assim: o Ministério Público oficia as Prefeituras, que oficiam as escolhas para verificar quais crianças não foram vacinadas contra a Covid; depois as escolas oficiam o Conselho Tutelar, que oficia o Ministério Público, que, se for necessário, está anunciando que vai processar os pais. Há duas semanas estou tendo reuniões com os membros do Ministério Público aqui de Curitiba que começaram com essa ação, com a Secretaria da Saúde, estou mandando ofícios para eles para fazê-los enxergar que o que estão fazendo é primeiro contrário à lei, estão se baseando em uma interpretação incorreta da legislação – as vacinas infantis contra a Covid ainda não estão no PNI, ao contrário das vacinas histórias, as vacinas tradicionais, e cabe aos pais decidir sobre este assunto. Em segundo lugar, essa decisão pode ser muito precipitada. Segundo o mais recente estudo sobre o estado da vacinação no Paraná, feito pelo nosso gabinete na última sexta-feira, quase 34% das crianças, Deputado Goura, de 5 a 17 anos no Paraná ainda

não receberam nenhuma dose da vacina – isso dá aproximadamente 670 mil crianças e jovens de 5 a 17 anos, assim teríamos 1 milhão e 200 mil pais sujeitos a processo pelo Ministério Público, 1 milhão e 200 mil pais podendo inclusive perder guarda ou poder familiar de crianças. A justificativa que está sendo empregada é que seria baixa ainda a vacinação entre crianças no Estado e que seria preciso protegê-las contra a doença e não duvido das boas intenções de quem está fazendo isso, de quem está sustentando isso. O problema é que há um fenômeno no mundo todo envolvendo a vacinação de crianças, o que tem levado ela a ter um índice mais baixo do que acontece com os adultos. Nossa gabinete também faz esse acompanhamento. Vejam os senhores: no mundo todo, o índice de vacinação de crianças com primeira dose não é significativamente alto. Temos, por exemplo, Inglaterra com 1,90% das crianças vacinadas de 5 a 11 anos; Grécia, 16%; Alemanha, 21%; Áustria, 24%; Estados Unidos, 33%; Brasil, 39% das crianças vacinadas; Espanha, 51; Canadá, 56. Apenas o Chile com 90% e o Equador com quase 80% destoam desse grupo. Então, ao contrário do que se imagina, não é um fenômeno só brasileiro o índice de vacinação mais baixa. Aliás, considerando que o Brasil começou a vacinar crianças um pouco mais tarde do que os outros países, e considerando o histórico de vacinação nosso, acredito que o Brasil, em pouco tempo, vai ser um dos países que mais vacina crianças espontaneamente no mundo. O motivo verdadeiro para essa situação é que em regra crianças desenvolvem formas menos graves da doença e os pais querem ter mais tempo para decidir sobre isso. É evidente. Os pais simplesmente estão querendo mais tempo para decidir. E esse é um argumento razoável considerando, em primeiro lugar, a novidade da doença e, em segundo lugar, as formas de tratamento propostas. Em regra, um pai ou uma mãe, estando certo ou errado, não abre mão de fazer o que entende ser o melhor para o seu filho, ainda que alguma autoridade pública diga ao contrário, especialmente quando essa autoridade não pode ter certeza das consequências do que prega. Ou alguém de coração acha que um pai ou uma mãe em regra querem prejudicar os seus filhos ou não querem o melhor para os seus filhos? A quem culpe o chamado negacionismo pela média da vacinação entre as crianças no Brasil, mas a tese só

faria sentido se o percentual fosse equivalente ao dos adultos, que é muito alto. Também essa tese só faria sentido se populações desenvolvidas do mundo todo, que mal começaram a vacinar as suas crianças, não tivessem começado a vacinar as crianças. Por exemplo, como ingleses, coreanos e praticamente... Desculpa, essa tese também só faria sentido se populações desenvolvidas que mal começaram a vacinar as suas crianças, como os ingleses, como os coreanos, que aprovou vacina para crianças faz alguns dias, e praticamente todo o resto do mundo também fossem chamados de negacionistas, e evidentemente não é o caso. Outro problema dessa atuação do Ministério Público é que ela pode não estar tão em acordo com a ciência, sim. A vacina da Pfizer para menores de 12 anos foi aprovada em dezembro no Brasil sob a garantia de que teríamos uma eficácia superior a 50%. No entanto, dois meses depois, um estudo do Departamento de Saúde de Nova Iorque comprovou que ela tem eficácia de 12%, apenas após um mês depois da segunda dose. A eficácia é maior contra casos graves, mas isso também deve cair com o tempo, como apontou o estudo. Fosse hoje, aliás, essa vacina não teria sido aprovada. Aliás, a vacina da Coronavac foi aprovada para maiores de seis anos em janeiro, mas não para menores de seis anos, porque não se encontraram dados suficientes para demonstrar que os benefícios superavam os riscos. Lembrem-se também que a Pfizer tirou o pedido de vacina para menores de cinco anos nos Estados Unidos. Para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Tirou o pedido de vacina para menores de cinco anos por também não demonstrar que o produto tinha eficácia. Outro problema: não há um acompanhamento dos efeitos colaterais da vacina em crianças específico no Paraná. O Ministério Público não faz esse controle. Se os benefícios esperados com a vacinação são relativamente menores, é preciso ter certeza se os riscos também não são relativamente maiores. No fundo, portanto, o que está acontecendo é o seguinte: o Brasil está administrando para crianças que

são muito menos suscetíveis ao vírus vacinas aprovadas em caráter emergencial, que se revelará na prática de baixa eficácia, e sem que haja o competente acompanhamento dos efeitos colaterais. Aliás, o acompanhamento dos efeitos colaterais seria importante até mesmo para quem quer dissuadir e evitar as críticas contra a hesitação vacinal. Repito aqui a pergunta que fiz ao Secretário da Saúde e aos membros do Ministério Público: faz sentido agir desse modo quando não temos todos os elementos diante de nós ainda? Essa é a maneira mais eficaz de tratar do assunto ou vai acabar gerando o efeito contrário? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Por favor, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Deus queira que vocês possam estar certos no futuro, porque hoje ninguém pode ter certeza disso. Precisamos falar sobre isso, Presidente. Esse é um assunto importante. Já estou concluindo. Parte da classe médica tem que deixar de ser omissa. É preciso ter prudência e respeitar a liberdade. As vacinas estão disponíveis para quem quiser utilizá-las, sem imposição ou sanção. A maioria quis se vacinar e quis vacinar os seus filhos, mas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Para o orador terminar, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Mas algumas pessoas ainda não quiseram, e não é porque são antivacinas. Considerando os índices de vacinação do Brasil, a esmagadora maioria da população sempre vacinou os seus filhos com as vacinas tradicionais, só querem mais tempo para fazer o mesmo agora. O tempo vai deixar as coisas mais claras e aí poderemos agir de forma diferente. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Tercílio, que preside a nossa Sessão! Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, servidores e cidadãos da Assembleia. Quero começar essa fala de hoje, Deputado Tadeu Veneri trouxe aqui a lembrança de cinco anos da morte da Vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, 14 de março, Deputado Arilson. E quem mandou matar Marielle? Acho que essa é a pergunta que há cinco anos o Brasil se faz, o mundo faz e não tem a resposta. Hoje, na Câmara Municipal de Curitiba, um ato lamentável, um ato vergonhoso, a maioria, a democracia, digamos assim, a maioria dos Vereadores derrubou uma proposta da Vereadora Carol Dartora, que incluía a nomeação de um CMEI aqui da nossa capital com o nome em homenagem à Marielle Franco, uma grande defensora dos direitos humanos, um símbolo da luta contra a violência política. Infelizmente, Sr. Presidente, aqui acho que todos que cá estamos, mesmo com as nossas divergências, Deputado Guto Silva, somos todos contra radicalmente a violência política que assola o nosso País, e Marielle foi vítima dessa violência. Então, lamento e creio que a decisão da Câmara Municipal de Curitiba foi muito, muito, muito equivocada. Senhor Presidente, na semana passada, estive presente, na qualidade de Presidente da Comissão de Ecologia da nossa Casa, com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Tadeu Veneri, em uma reunião técnica informativa sobre o Projeto da nova Ferroeste. A reunião tratou da apresentação do estudo de impacto ambiental da nova Ferroeste. Essa reunião ocorreu no município de Morretes, na comunidade do Mundo Novo, uma das comunidades, quando descemos a BR-277 sentido Paranaguá, no lado direito, todo mundo passa ali, quilômetro 20, 21 está a comunidade do Mundo Novo, que com a comunidade do Rio Sagrado serão duramente atingidas por esse Projeto. A reunião congregou mais de 300 pessoas das comunidades e foi uma prévia de audiências públicas previstas para acontecer no processo do licenciamento ambiental. O estudo do impacto ambiental, Deputados, da nova Ferroeste já custou R\$ 25 milhões, foi aprovado pelo Ibama e publicado no Diário Oficial da União em 21 de fevereiro. Com isso, as Prefeituras dos 49 municípios do Paraná e Mato Grosso do Sul que estão no traçado da nova Ferroeste têm até 4 de abril para solicitar Audiência Pública junto

ao Ibama. E é nesse processo de licenciamento ambiental que o Projeto e os seus impactos negativos podem ser discutidos com a sociedade. O diálogo e a construção da possibilidade de uma análise crítica por parte da comunidade são fundamentais para garantir a transparência e participação de todos que serão afetados pela nova ferrovia. Lembro aqui, Sr.^s Deputados, estive presente até o final da reunião, Presidente Tercílio, que é óbvio que quando algum projeto do poder público ou da iniciativa privada vai impactar a vida das pessoas é natural, é óbvio que os ânimos estejam à flor da pele. E é isso que está ocorrendo nessas comunidades, onde a previsão de construção de viadutos de 1.400 metros a 100 metros de altura, impactando diretamente as propriedades rurais, Deputada Luciana, e modificando a paisagem da Serra do Mar com gigantescas estruturas de concreto. A partir da solicitação da comunidade do Novo Mundo e da Prefeitura de Morretes, há uma possibilidade de alteração do traçado, aproximando-o da BR-277. Ao todo, serão construídos 18 quilômetros de viadutos, 8 quilômetros de túneis, e dessa forma a Serra do Mar será diretamente afetada pelo empreendimento. E quando vemos no estudo de viabilidade apresentado ali, há várias categorias de impacto, desde baixo, muito baixo, médio, alto e muito alto. A Serra do Mar Paranaense será diretamente muito afetada pelo empreendimento da nova Ferroeste. Estamos falando de cursos-d'água, de mananciais, do impacto à agricultura familiar e, acima de tudo, o impacto à paisagem natural. Temos que nos questionar, Deputados, a quem serve esse empreendimento? Um empreendimento de mais de R\$ 25 bilhões e que serve prioritariamente ao modelo de agronegócio que está destruindo, sim, o planeta. Não somos contra o agronegócio, mas somos contra, sim, o modelo predatório de um agronegócio, um modelo que contamina as águas, que contamina a terra, que não gera empregos e que tampouco alimenta as pessoas, porque estamos falando de *commodities* que serão negociadas no mercado internacional, e poucas vezes servirão diretamente para alimentar as pessoas. Então, o que eu disse na Audiência Pública, com todo o respeito aos técnicos que apresentaram, Audiência não, na reunião informativa, com todo o respeito aos técnicos que lá falaram, é que quem deveria falar neste local, Deputado Guto Silva, Líder do Governo, é o Governador Ratinho Junior.

Quem tem que falar, quem tem que defender esse projeto de fato é o Governador Ratinho Junior, como ele tem feito, como ele tem falado na imprensa, como tem apresentado inclusive com o Ministro do Meio Ambiente, recentemente, as propostas para a nova Ferroeste, mas lembramos aqui, Deputada Luciana, no momento que estamos vivendo de urgências climáticas, se é esta real prioridade dos nossos esforços do recurso público e de projetos que vão afetar diretamente toda a Serra do Mar. Quero frisar: não somos contra de forma alguma o modelo ferroviário, o modal de trens em nosso País, mas não podemos aceitar um projeto que se impõe de cima para baixo, sem a discussão participativa, democrática e científica com todos os envolvidos. Defendemos, Sr. Presidente, que a nova Ferroeste seja muito, muito, muito bem discutida com todos nós, e a Assembleia não pode ter aqui um papel secundário e adjacente. Temos que, sim, Deputado Tercílio, até porque estamos falando de um projeto que vai cortar todo Paraná, a Assembleia tem que ter um protagonismo nessa discussão. As nossas Comissões e aqui frisei a Comissão de Meio Ambiente, mas a Comissão de Infraestrutura, igualmente de Agricultura, convido a Deputada Luciana, pelo Bloco de Agricultura Familiar, para também apresentarmos essa discussão, para que tenhamos em vista que tipo de modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso Estado. E nesse sentido vou já me encaminhando ao final, Presidente, acabei de chegar aqui à Sessão de hoje, pois estava no IDR, no Instituto de Desenvolvimento Rural, participando e prestigiando um ato de assinatura de uma cooperação técnica entre o IDR e a AOPA, a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia. Esse é um termo de cooperação técnica pelos próximos cinco anos, Deputada, que prevê assistência técnica para a transição à agroecologia. É esse o modelo de agricultura que queremos para o Estado do Paraná. É esse o modelo que respeita as águas, que respeita a terra, que respeita a biodiversidade; é o modelo que queremos que seja a matriz, que seja a vitrine do Estado do Paraná, e é possível fazer isso. Então, o Estado, o Governo do Paraná, por um lado, e aqui elogio, avança rumo à agroecologia, mas, por outro, em um projeto bilionário, que terá impactos desastrosos e irreversíveis para o meio ambiente e para a sociedade, avança de forma muito célere. Então, é claro que isso nos causa preocupação e

aqui estaremos firmes na defesa desse debate, na defesa do meio ambiente e na defesa de um desenvolvimento justo para todos. A nova Ferroeste precisa ser discutida com as comunidades. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do PSDB, com a palavra Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Boa tarde!

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Deputadas, Deputados. Esse aumento do preço dos combustíveis obviamente trouxe um problemão enorme para todos os brasileiros, mas de forma muito especial para aqueles que vivem do seu trabalho como motorista. Entram aí caminhoneiros, motoristas de Vans, taxistas, mas de forma muito especial tenho recebido diariamente, de forma desesperada, o pedido dos motoristas de aplicativo. A plataforma Uber, por exemplo, comunicou aos motoristas de aplicativos a ela vinculados que vai absorver com os passageiros cerca de um terço desse aumento, ou seja, dois terços do aumento ficam na conta do lado mais fragilizado da relação que são os motoristas de aplicativo, de dois terços. Então, de um aumento aí próximo dos 19%, estamos falando de gasolina, essas plataformas vão administrar com algumas estratégias menos de um terço. O resto fica na conta do já debilitado motorista de aplicativo. Lembrando sempre que a própria relação entre essas plataformas, que ganham no mundo inteiro bilhões de dólares, que não tem um carro na sua frota, só dominaram o sistema de informação, e utilizando-se dos desesperos por conta do desemprego que atravessamos, por conta de falta de outras alternativas, você tem hoje milhares de pessoas em Curitiba e no Paraná trabalhando como motorista de aplicativo. E se já não bastasse a relação ser extremamente precarizada, essas plataformas colocam o cara na rua sem avisar, da noite para o dia, não permite nem uso do contraditório. Inclusive tenho um Projeto com relação a isso que está na Comissão de Constituição e Justiça, até gostaria que o nosso Presidente, dentro aí da fila que existe aí de projetos a

serem discutidos na CCJ, apresentasse esse nosso Projeto também, porque ele estabelece uma relação menos draconiana, menos nefasta, e que permite pelo menos aos motoristas de aplicativo a condição de saber por que está sendo retirado e o seu contraditório. Então, tenho recebido com frequência de lideranças dos motoristas dos aplicativos uma série de situações e agora ficou ainda mais difícil com esse aumento, e com praticamente dois terços deles entrando e tirando o pouco de lucro que esse motorista de aplicativo tem. Acho que aqui temos que pensar na vida daqueles paranaenses que de forma digna trabalham, no caso do Uber tem gente trabalhando 12, 14 horas por dia. O próprio Deputado Bazana colocou aí na sua posse aqui que também teve essa experiência de Uber e trabalhava 12 horas por dia. Essa é a realidade. E sem contar os problemas de segurança, sem contar os problemas dessa questão extremamente precária que envolve os motoristas de aplicativo e essas plataformas que ganham bilhões, que acumulam, não dão muita satisfação para ninguém, porque ninguém sabe quem é o dono desse povo, ninguém sabe da onde cobrar moralidade, dignidade, não é? E quem garante a operação do serviço e o lucro, que são os motoristas, ainda vão ter que morrer com a maior parte do impacto do preço de combustíveis. Então, fica aqui esse alerta. Fica aqui essa nossa posição, e apelo novamente aí ao Deputado Nelson Justus, Presidente da CCJ, que coloque em discussão o nosso Projeto que visa moralizar minimamente essa relação entre as plataformas de aplicativos com os motoristas de aplicativos, pelo menos no Estado do Paraná. Um abraço a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do Republicanos, com a palavra o Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Senhor Presidente, Deputado Tercílio Turini, que preside esta Sessão, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Alguns assuntos para discorrer nesta tarde, o primeiro deles, Sr. Presidente, é manifestar minha alegria imensa em poder já constar no painel eletrônico aqui da Assembleia Legislativa que, a partir do dia 7 de abril, agora integro as fileiras do Partido Republicanos aqui no Estado do Paraná. Já havia anunciado, há algum tempo,

que quando houvesse a janela de migração partidária eu assim faria essa migração, deixaria o partido ao qual estava e que faria a migração. E a decisão foi, tenho certeza, muito acertada para o agora nosso Partido Republicanos. Teve um momento... Muitas nuances avaliamos quando vamos tomar uma decisão partidária e, em algum momento, o Presidente Valdemar, que é o nosso Secretário de Planejamento, ele estava sentado comigo e outra possível candidata a Deputada Federal, e ele apresentou algumas argumentações que achei que foram determinantes para essa decisão. E uma delas foi a leitura do art. 1º do manifesto de criação do partido, que diz o seguinte: "Nós, os conservadores, somos um movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos e tendo a família como alicerce da sociedade. Defendendo a soberania nacional, a livre iniciativa, a liberdade econômica." Quando vi o que ele leu, é a identidade muito ampla com aquilo que entendo de sociedade, Deputado Alexandre Amaro, que a partir de agora passo a ser seu companheiro aqui de Assembleia Legislativa. E tomei a decisão e, neste momento, então, estou muito feliz com essa decisão que já está tomada, e muitas pessoas já estão nos procurando para se somarem também nessas fileiras. Deputado Alexandre Amaro, V.Ex.^a tem o aparte.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Muito obrigado, Deputado Marcio Pacheco! Quero parabenizá-lo por estar conosco agora, como o senhor disse, nas fileiras Republicanas, ser 10 conosco, uma alegria muito grande. E agora vou até levar para um outro lado, é meio profético isso, hein, porque me lembro quando cheguei a esta Casa aqui, o primeiro gabinete que fui foi o do senhor...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): É verdade.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): E conversamos. O senhor estava em outro partido e falei: Olha... E ali foi a primeira conversa, conhecemos-nos ali, e hoje deu certo, após três anos, de vir para o Republicanos. Então, fico feliz de ver o seu nome ali, Republicanos. Espero ver mais alguns nomes conosco aí nesse interim para formarmos uma Bancada muito forte. Quero aproveitar também e parabenizar aqui o Diego Garcia que está vindo também para o Republicanos, em

meu nome, do Aroldo, do Valdemar, Secretário de Planejamento, do Gilson da Comec, que formamos esse time para este ano. Parabéns por ter vindo se somar conosco. Seja muito bem-vindo, porque esse partido é um partido da família. Obrigado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Obrigado, Deputado Alexandre. O Deputado Diego Garcia, realmente, uma grande conquista para o Republicanos, um amigo, um irmão, que vamos estar juntos aí. Nossa querido Vice-Prefeito Renato Silva também lá de Cascavel, um grande parceiro nosso. Enfim, estamos deixando o time cada vez maior. Deputado Gugu Bueno, V.Ex.^a tem um aparte.

Deputado Gugu Bueno (PL): Deputado Marcio Pacheco, quero, rapidamente, na verdade lhe desejar toda boa sorte do mundo nessa nova fase, no Partido Republicanos, do nosso amigo Valdemar, do nosso Vice-Prefeito Renato Silva. Um grupo importante na cidade de Cascavel e que se engrandece muito com a sua presença agora no Partido Republicanos do nosso amigo Amaro. Mas, de maneira muito próxima, começamos juntos na vida pública lá na Câmara de Vereadores de Cascavel, você como presidente, eu como 1.^º secretário da Câmara. Fico muito feliz de você ter escolhido um espaço tão bacana, tão interessante que, com toda certeza, vai potencializar sua capacidade de trabalho pela nossa cidade de Cascavel, por toda a nossa região. Boa sorte nesta nova fase e que Deus continue te abençoando.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Muitíssimo obrigado, Deputado Gugu Bueno. E obrigado também ao Deputado Alexandre Amaro. Deputado Guto Silva, claro, com certeza um aparte a Vossa Excelência.

Deputado Guto Silva (PSD): Marcio Pacheco, V.Ex.^a é um grande Parlamentar. Na Casa Civil tive o privilégio de conviver e acompanhar tua luta nos recursos para a educação, na questão de segurança pública. E tenho a convicção de que a sigla que te dá conforto você vai poder desenvolver teu trabalho parlamentar conectado muito fortemente com a região de Cascavel, com dignidade, com

respeito. Então, desejo a V.Ex.^a muito êxito e, naturalmente, estaremos ao seu lado para poder encaminhar os bons projetos para a região Oeste. Parabéns.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Obrigado, Deputado Guto Silva. Parabéns a V.Ex.^a também que agora está no PP. Uma caminhada muito bonita, rumo a uma candidatura ao Senado da República, com certeza conte com o nosso carinho, com a nossa torcida, que tudo se encaminhe bem. Terá o nosso apoio, sem dúvida. Senhores, quero apenas, o tempo é curto, mas dois temas importantes para abordar ainda. Um deles para reforçar a fala do Deputado Homero Marchese e a fala do Deputado Ricardo Arruda quando questionam, e também quero fazê-lo, mais uma vez, de maneira muito contundente, em relação a essa Nota Técnica encaminhada pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Quando usa o termo que se proceda a realização, orienta a realização de uma busca ativa de crianças e adolescentes. O que quer dizer busca ativa de crianças e adolescentes? Quer dizer forçar? Quer dizer constranger? Porque se não quer dizer isso, não há necessidade dessa Nota Técnica, Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo. O Governador tem que solicitar uma explicação, porque se não é assinada pelo Secretário Beto Preto, é assinado pela Vera Rita, pela Cássia e pela Maria Goretti. Temos que entender isso. Porque as diretoras se fundamentam, Deputado Homero, primeiro, na nota 10 de 2022 que faz um compilado para unificar as notas 6 e 2 do Ministério da Saúde. Mas a nota 10 não contraria, em nada, o que diz a nota 2, quando fala que a vacina está autorizada, mas, não é obrigatória. E tanto a nota 2 quanto a nota 10 dizem o seguinte: Os *pais*, a nota no inciso item 9.2 e a nota 10 no item 10.6, repete exatamente igual, Deputado Guerra: *Os pais, ou responsáveis devem estar presentes manifestando sua concordância com a vacinação.* Qual interpretação que podemos ter disso? Ora, se um pai tem autoridade, dado pelo Ministério da Saúde, que é a autoridade competente nesse País para dizer o que pode e o que não pode em relação à vacinação, diz que os pais têm autoridade para concordar e que devem concordar, Deputado Elio Rusch, é evidente que os pais têm autoridade para não concordar. E o Ministério Público que está fazendo uma recomendação, e podemos abordar essa pauta em outro momento, porque não haverá tempo talvez hoje, está

fazendo essa mesma recomendação como base, como assim? Ora, se os pais têm autoridade, como é que vai se processar um pai, então, por causa disso? Quando o Ministro Lewandowski fala que pode ser implementado, e a nota 10 fala isso, do art. 3.º da Lei n.º 13.979, mas o mesmo Supremo Tribunal Federal fala que nenhuma vacinação compulsória pode ser forçada. Até podem ser utilizadas algumas medidas indiretas, *desde que previstas em lei*. Portanto, as medidas indiretas possíveis precisam estar previstas em lei. Quem é que faz lei? Os Parlamentos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e do Governo Federal. Então, queremos pedir a revogação imediata dessa nota da Secretaria da Saúde, que não tem fundamento. Fala, inclusive, na Lei n.º 19.534, que é da Assembleia Legislativa. O que é que diz a Lei n.º 19.534? “Que as crianças devem apresentar o comprovante da vacinação.” Quais vacinas? As previstas no Plano Nacional de Imunizações. A vacina da Covid não está prevista no Plano Nacional... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Pacheco, para concluir.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): ... a vacina da Covid não está prevista no Plano Nacional de Imunizações. Portanto, não é obrigatória. E finalizo pedindo a esta Casa uma altivez para dar continuidade à tramitação do Projeto n.º 655 de 2021, que prevê a proibição da exigência de passaporte sanitário no Estado do Paraná. Houve uma suspensão por liminar do Desembargador Ramon do Tribunal de Justiça. E queremos que o Presidente decida também, que recorra, que defenda a Casa, como é o seu dever. A Mesa Diretora defenda a Casa, como é o seu dever, e decida se a Comissão de Saúde errou ou não. Se errou, que se determine que se faça uma nova reunião para corrigir esse ato. Era isso, Sr. Presidente. Tinha mais o que falar, mas concluo aqui porque meu tempo se exauriu e agradeço a todos pela atenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do PSD, com a palavra o Deputado Guto Silva.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Deputadas. Gostaria apenas de fazer uma reflexão importante sobre a questão das máscaras. Lembro-me que há dois anos, aproximadamente nesta época, Deputado Turini, recebi uma ligação e uma mensagem por mídia social do Dr. Igor Chiminacio, ele me apresentava os bons resultados que a República Tcheca vinha adotando em função do uso das máscaras, que até então era um dispositivo novo, não sabíamos, efetivamente, os benefícios, quais seriam os impactos. E é sabido, comprovado cientificamente, que esse instrumento foi muito importante na prevenção, no combate à pandemia o uso das máscaras. Estamos há dois anos de pandemia, cepa que chega, cepa que sai, mas é importante fazer a reflexão que a população do Paraná amplamente vacinada, é necessário fazer este debate urgente sobre a liberação das máscaras. O Governador Ratinho, de forma acertada, envia Projeto de Lei Substitutivo a esta Casa, para que votemos em regime de urgência. Espero que consigamos ter celeridade, porque no Paraná, diferente de outros estados, foi constituída uma lei com uso obrigatório de máscara. Então, é importante explicar para a população que é necessário revogar essa lei que está aqui tramitando e possivelmente votaremos nesta semana. Agora queria apenas fazer uma reflexão de algo que, na minha opinião, não é razoável, não é tolerável, não tem bom senso o uso da máscara como estamos utilizando atualmente. Nos Estados Unidos já não tem máscara. A população, um percentual bem inferior ao nosso do Paraná no uso de máscara. Juro que não consigo compreender, estou na rua sem máscara, entro no restaurante coloco a máscara. Sento na mesa, tiro a máscara. Vou para o banheiro, coloco a máscara. Que alucinação é essa sobre o comportamento humano? Então, decisão acertada do Governador em enviar a esta Casa a revogação dessa lei para que, de forma definitiva, tenhamos condições de poder liberar as máscaras. Agora, não é possível que vou jantar com amigos em um restaurante, tiro a máscara e no outro dia meus filhos vão à escola fazer educação física com máscara. Estamos punindo as nossas crianças com o uso da máscara obrigatória nesse sentido. Não tem lógica. Não há lógica. O Guto Silva jantou com os amigos na mesa sem

máscara e o filho do Guto Silva vai para a escola usando máscara na aula de educação física.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Um aparte, Deputado?

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Pois não.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): O senhor me permite, só sobre essa fala do senhor. Quero parabenizá-lo também pela filiação desse sábado, um cara que gostamos muito. Bom, recebi um *WhatsApp* de uma mãe dizendo assim: *Deputado, que tal tirarmos das escolas as carteiras e colocarmos mesa de restaurante, aí nossos filhos todos ficam sem máscara?* Achei interessante a colocação dela, porque se lá pode todo mundo ficar sem máscara, por que o filho dela que está sozinho tem que ficar com? Então, só fazendo um adendo aí. Obrigado.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Obrigado pelo aparte, Deputado Amaro. É justamente esse espírito que é difícil compreender. Porque quando votamos uma lei que tem a natureza de poder organizar a sociedade, organizar, de certa forma, o comportamento, é preciso razoabilidade, bom senso para podermos ter efetividade e, ao mesmo tempo, construir. Então, essa reflexão faço pelo seguinte: a professora do meu filho vai à noite em uma balada, é jovem, vai jantar sem máscara, no outro dia vai dar aula para o Francisco e para Mariana com máscara. Então, não vejo que a lei, no momento em que estamos com 80% da população duplamente vacinada, da forma como nos comportamos, e vamos parar de hipocrisia. Vamos analisar o Projeto da Lei sem hipocrisia. Como é que convivemos? Como é que vivenciamos e vou dar um exemplo: meu pai é grupo de risco. Está na fila do transplante renal. Se Deus abençoar fará um transplante em abril. Se eu for visitar meu pai, o que o Guto Silva fará, pela lógica, pela razoabilidade? Vou me recolher, vou usar a máscara por três, quatro dias. Mesmo que ele esteja vacinado, vou tomar esse cuidado. Agora, por um lado é uma medida altamente restritiva e por outro lado a punição, no meu entendimento, de jovens e crianças que precisam estar mascarados, enquanto a sociedade, de certa

forma, não está. Vou abrir a palavra para o Deputado Marcio Pacheco e depois o Deputado Goura, se puder fazer sua contribuição é sempre bem-vinda. Por favor, Deputado Marcio Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (REPUB): Deputado Guto, agora sou que peço aparte. Mas quero cumprimentá-lo muito pela sua fala, Deputado Guto Silva, porque ela tem um peso. Vossa Excelência era o Chefe da Casa Civil até dias atrás, um grande Deputado. E Vossa Excelência dá voz de milhões de paranaenses que têm exatamente a mesma leitura que V.Ex.^a traz. Entramos em um processo de alucinação, onde muitas pessoas se sentem obrigadas a usar máscaras em lugares em que, absolutamente, é sem razoabilidade. Então, fico muito feliz por ouvir vossa colocação. Estamos juntos nesse entendimento. Temos que começar a sair desse cenário de pandemia, de pandemia que, graças a Deus, graças ao trabalho que foi feito no Estado do Paraná pela Sesa, e todo mundo, estamos saindo desse cenário. Então, parabéns. Conte comigo. Estamos juntos nesse entendimento.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Obrigado, Deputado Marcio Pacheco. Deputado Goura, por favor.

Deputado Goura (PDT): Obrigado, Deputado Guto. De forma breve, parabenizá-lo pelo debate. Creio que graças à Ciência, graças à possibilidade do avanço científico que estamos saindo dessa situação triste, onde milhares de paranaenses, brasileiros perderam a vida e a máscara teve, sim, seu papel importantíssimo. Só queria destacar que, acho que tem algumas situações onde podemos incorporar bons hábitos no nosso dia a dia. Se estou com sintomas gripais, nosso médico Deputado Tercílio Turini, independentemente da pandemia, acho que a máscara pode ser, sim, um utensílio para incorporarmos no dia a dia, assim como lavarmos bem as mãos, assim como bons hábitos de higiene. Então, parabenizar a reflexão que V.Ex.^a traz aqui.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Deputado Goura, concordo com a análise pelo seguinte: nos países orientais já eram comumente utilizadas, a questão da

máscara, em processos gripais, em questões de instabilidade da saúde, já era uma coisa recorrente e que o Ocidente falava: *Que interessante, será que é a poluição?* Já é um hábito muito consistente. Espero que esse hábito permaneça entre os brasileiros, o uso da máscara, quando assim tivermos. Mas trago essa reflexão, sobretudo, sobre a questão dos alunos que, no meu entendimento, não é possível ter três pesos e quatro medidas. Então, parabenizo o Governador de ter enviado esse Projeto de Lei. Espero votarmos com muita celeridade. E aqui para concluir e a minha fala, apenas gostaria de fazer um panorama, nosso Líder Hussein Bakri, que na pandemia tivemos que utilizarmos medidas simultâneas nas mais diferentes áreas. A pandemia da saúde, a questão dos leitos, do uso da máscara; a pandemia da questão econômica, a garantia de emprego e renda para a população, e aqui lembrar que o Paraná bateu recorde de emprego, vai muito bem pela estratégia econômica e também a pandemia da área social, porque a pandemia não é igual para todos. Geralmente os mais humildes sofrem mais e precisamos ter esse olhar. O Governador atacou as mais diferentes áreas. E agora é momento, felizmente, de podermos reavaliar, reorganizar e liberar as máscaras no Paraná. Então, estaremos votando com toda a Bancada, sob orientação do nosso Líder Hussein, do Gugu Bueno, para que, de forma definitiva, dê tranquilidade, sobretudo, que a lei, a lei fria da lei possa encontrar eco no calor humano da sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas, desejo uma semana abençoada a todos. Gostaria de dizer com relação à questão da máscara, uma pessoa até me perguntou na rua: *Deputado, mas a hora que se desobrigar de usar a máscara, se quiser usar posso? Claro que pode.* Cada um faz o que quer. Mas concordo também que está na hora de adotarmos essa medida e quem não quiser usa máscara. Pode usar a máscara onde quiser, não é, Dr. Batista? Pode usar no quarto, pode usar na sala, pode usar na rua, onde quiser. É extremamente decisão de cada um. Quero, antes de mais nada, saudar

os colegas aqui da Casa. Inicialmente a Deputada Maria Victória, aqui não se encontra, imagino que esteja *on-line*, pela espetacular reunião, encontro no último sábado. Tivemos aqui a presença do Ministro Ciro Nogueira, do Presidente da Câmara Arthur Lira, e tivemos a filiação de lideranças importantes aqui da Assembleia. Alguns colegas nossos, o Deputado Tião Medeiros, que é candidato a Federal. O nosso colega que foi Chefe da Casa Civil, Guto Silva, que vem despontando como um grande candidato ao Senado. Tenho visto, onde passo, pelos municípios do interior, a sua desenvoltura. Certamente vou apoiar o Guto Silva e tenho certeza de que uma imensa maioria de Prefeitos do Paraná, por tudo o que ele representa. Quero saudar também ao nosso partido que fez um encontro com as mulheres. A Alda Marco Antonio uma referência em política para as mulheres, ela que é de São Paulo, esteve aqui, referendando a filiação da Deputada Leandre, que tem um trabalho voltado para a área social muito forte. Gostaria também de informar aos colegas Deputados, vocês devem estar percebendo que o Deputado Gugu Bueno está me substituindo em alguns momentos com extrema capacidade e competência, que é peculiar a ele. Sempre digo que o Gugu além de ser um ótimo orador, ele tem um conhecimento jurídico fantástico. Estou me dedicando a uma causa muito importante que interessa a todos aqui. Estamos discutindo com os nossos policiais militares, os nossos Praças, a resolução da carreira deles. Está avançando bem. Estou enxergando um horizonte fantástico para os próximos dias. Imagino que tenhamos aqui na Casa, Sr. Presidente Turini, que apressarmos para votar um Projeto, tendo em vista os efeitos da lei eleitoral, que vai mudar a carreira dos nossos Praças, como são chamados. Portanto, isso é uma valorização. Não sei se em algum momento da história política do Paraná algum Governador recebeu. Estávamos em uma reunião, na quarta-feira, com 40 representantes da Polícia Militar e tivemos uma discussão onde o Governador os ouviu. Esse avanço está acontecendo e só tenho uma preocupação neste momento, que os demagogos da política possam atrapalhar isso; que aqueles profetas do apocalipse possam atrapalhar esse tipo de evolução, porque até segunda-feira o Governador vai bater o martelo em termos de números, a tabela. A definição da tabela, sempre priorizando aqueles

que estão ganhando menos, Deputado Homero. Aqueles soldados que, de fato, hoje, no Paraná, têm uma tabela uma das mais baixa do Brasil. Temos que admitir. E o que se pretende é corrigir essa tabela, alcançando os de baixo com os de cima. Esse é o desejo do Governador. Agora, tenho visto algumas movimentações políticas no sentido de atrapalhar as negociações, fazer movimentações negativas, onde o Governador está indo com o sentido político de atrapalhar. Isso não contribui nada neste momento. O que temos, todo mundo neste momento, é tentar construir uma proposta para tentar resolver na semana que vem. Tenho escutado áudios aterrorizantes que vasam de grupos. Vocês não imaginam, já identificados, inclusive de policiais da ativa, inativos, que estão por trás desse movimento de tentar atrapalhar essa negociação. Os policiais sérios, aqueles que querem uma resposta para suas carreiras, esses estão trabalhando e tenho certeza de que vão ter. Portanto, gostaria de fazer um alerta aqui, alerta, não caiam nesse golpe das pessoas que só têm na sua visão a política. Eles só estão vendendo a questão política. São candidatos e não estão pensando em vocês, que no resultado querem que esta Assembleia, como um todo, possa aprovar um Projeto importante da carreira de vocês. Colegas, só para finalizar, estive com o Secretário Ortega hoje pela manhã, como toda segunda-feira fazemos, quero informá-los de que estou atento, inclusive fui cobrado por alguns Deputados há pouco, pelo Deputado Turini, fui cobrado pelo Deputado Tiago, pelo Deputado Douglas Fabrício, estaremos marcando, se não quarta, na próxima segunda uma reunião para debatermos o reenvio dos projetos dos polos tecnológicos para cá, para serem votados por esta Casa, visto que é um compromisso nosso com os nossos colegas e com o Estado do Paraná. Ademais, desejo uma semana abençoada a todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercílio, a todos os Deputados e Deputados que aqui se encontram. Existe um filme bem comum e está sendo bem falado na sociedade que retrata o momento político que muitos

países passam, que se chama: *Não olhe para cima*. Daqui a pouco vamos traduzir, Deputado Goura. *Não olhe para cá*. Vejo a discussão política de temas científicos e sanitários aqui nesta Casa com uma facilidade absurda. É lei para proibir a apresentação do comprovante de vacinação. É lei para dispensar o uso de máscara. Daqui alguns dias vão criminalizar o uso de álcool em gel e desconsiderar os parâmetros de distanciamento indicado pela autoridade sanitária. Olha, gente, tem que ter muita ponderação para tratar desse tema. É muita coisa ao mesmo tempo. Parece que não existe a guerra do Corona contra o povo paranaense. E a pandemia não acabou. Tem que parar com esse discurso: *Olha, diminuíram as mortes*. Mas se existisse uma morte só, estamos falando de uma vida. Não é porque deixou de ser mil para 500 que temos que soltar as regras e o pulso firme sobre esse processo. Vou resumir o que penso para falar amanhã exatamente sobre esse tema, inclusive sobre projetos legislativos aqui desta Casa. Parece que o Paraná vive uma realidade virtual. Já tem a realidade virtual apresentada pelo Governo, que é uma, e a realidade do Estado é outra. Agora com a pandemia não dá para enganar. A pandemia tem gente sofrendo, desempregada, morta, a família precisando de auxílio, e é isso que está em jogo. Inscrevi-me aqui hoje para falar um pouquinho da política nacional. Sexta-feira o Brasil foi presenteado: um novo conjunto de aumento –18.8% na gasolina, 116% de aumento desde que o Bolsonaro assumiu a Presidência da República; o *diesel*, 24.9, um total de 82.35 desde ele virar Presidente da República; o gás, 16% de aumento. Agora atinge 69% de aumento; a cesta básica, acumulado 36%. Isso tem um impacto significativo, brutal na vida da população. Seja na inflação que aumenta, pois aumenta o custo de vida; seja na economia, que fica retraída, pois é obrigado a se arrancar recursos para comprar o básico de forma mais cara, ganhando menos. E o que isso ainda faz? Encarece toda a cadeia produtiva, seja dos pequenos negócios, dos médios negócios, dos grandes negócios, ou do urbano e do rural. Todo mundo perde. O povo, hoje, por incrível que pareça, Deputado Tadeu, faz parcelamento de botijão de gás, matéria da UOL hoje. O povo faz empréstimo para pagar a água e a luz e aqui, no Paraná, mais empréstimo ainda, porque a água aqui no Paraná subiu 36% no Governo atual.

Uma escolha política em aumentar em 36% o valor da tarifa de água. Escolhas políticas são o que anda acontecendo. O Governo Federal fez uma escolha na direção da Petrobras e essa escolha política mudou a política da Petrobras, inclusive a política de preços. Como era antes? Era uma política de preço baseada no custo de preço de produção em reais. Ou seja, 29 dólares o barril seria hoje aqui, no Brasil, e o foco da proteção da economia nacional. Por isso que a gasolina era R\$ 2,75. O que acontece hoje? Ao deferir a equipe econômica da Petrobras, deferiu-se também a política de preço. Política de preço internacional, a famosa PPI, com um processo de dolarização do custo de produção. Isso faz com que hoje sigamos o que tem o mercado nacional, onde muito daqueles que seguem sequer produzem petróleo. E são U\$ 115 o barril de petróleo – dê-lhe para o povo, R\$ 8,00 a gasolina no Brasil. Inadmissível! Como que pode no Governo Lula R\$ 2,75 e agora R\$ 8,00, se é a mesma Petrobras? Aliás, melhorada com o passar dos investimentos feitos no Governo do PT. O gás era R\$ 38,91, hoje está R\$ 140 o botijão. A cesta básica, que era R\$ 276, hoje está R\$ 715. Ou seja, o poder real de compra dos trabalhadores e do povo foi retirado pelo Governo Bolsonaro; os direitos sociais, adquiridos pelo povo brasileiro nos governos do PT, foram retirados. E agora tenta se manter a aparência com a *fake news*. Basta ver esse sábado e domingo que a culpa do aumento do combustível era da guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Não dá para admitir essa discussão toda. Em que mundo vivemos? É a realidade física que importa e não a virtual. A Petrobras já esteve entre as 10 maiores empresas produtoras de energia do mundo; hoje é a 76.^a. E faço uma pergunta aos críticos: se acabou o roubo na Petrobras, por que a gasolina é R\$ 8,00 hoje? Cadê os julgamentos que comprovaram alguma coisa disso? Temos que parar com a hipocrisia. É ano de eleição e é na eleição que discutimos e pomos a verdade à tona, e temos que fazer essa comparação. O Governo aqui do Estado seguiu a cartilha do Presidente da República até esses dias, e quero saber se vai continuar seguindo. A Copel e a Sanepar operaram em aumento de tarifa para priorizar a distribuição de lucros e dividendos para os acionistas estrangeiros, e aumentou para o povo pagar. Aqui se implantou escola cívico-militar em primeiro, vendeu-se, privatizou a Copel

Telecom, e amanhã vou trazer uma novidade sobre a Copel Telecom: uma nova licitação. Vou falar sobre ela amanhã. A Compagas está na mira da privatização. A renúncia fiscal é de 17 bilhões, igual tem no Governo Federal; o sucateamento da educação; a intervenção sobre as universidades na LGU; não reajuste aos servidores; terceirizações e investimentos na saúde mantidos: 12% de 2019, 12% de 2020, 12% de 2021. Acho que tem muita similaridade entre o Governo do Estado do Paraná e as práticas neoliberais do Governo Federal. E esse Governo anda junto. Hoje, por exemplo, na agenda do Presidente Bolsonaro, 10 horas o Governador do Paraná estaria com ele. Agenda pública na internet. Na agenda do Governador não consta o encontro com o Bolsonaro. E a pergunta nossa é o que está sendo discutido lá, em Brasília, no encontro entre o Governador e o Presidente. É o pedágio? Essa é uma pergunta. Pedágio está sendo colocado que vai ser a licitação até junho. Foram conversar sobre esse Projeto? Quais pautas foram tratadas? Por que não tem isso público? Para finalizar, quero aqui colocar que existem contrapontos políticos, programáticos, a todo esse Projeto. No próximo dia 18, agora, o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará aqui em Curitiba para, conjuntamente com movimentos sociais, sindicatos, entidades, com o povo paranaense, fazer a filiação do Ex-Governador Roberto Requião ao Partido dos Trabalhadores. Requião, embora não pertencente à nossa sigla, sempre encampou os projetos populares, preocupou-se com a vida do povo paranaense; foi Governador três vezes, teve programas importantes: *Centro da Juventude*, *Clínica das Mulheres*, *Trator Solidário*; a tarifa de água com um preço congelado em oito anos; ICMS zero para micro e pequena empresa. Teve vários projetos que mudaram a vida do povo paranaense. E é uma honra estar como Presidente do PT em um momento desse. Seja bem-vindo, Roberto Requião. Não é só nosso partido que espera a vossa chegada: é o povo do Paraná. O povo do Paraná precisa de V.Ex.^a concorrendo nas próximas eleições para fazer um contraponto e para mostrar que o Paraná tem conserto. Conserto com pessoas que conhecem o Paraná como um todo. Conserto com aqueles que dialogam com a sociedade de verdade, que recebem os servidores no seu gabinete, que escancaram as portas e que, quando conversam, transmitem simplesmente no aperto de mão ou no olhar

a confiança que sumiu desse Estado nos últimos três anos. Bem-vindo, Requião. Você e o Lula terão um importante papel a cumprir pelo Paraná e pelo Brasil. Para finalizar, quero lembrar aqui o que já foi dito também por alguns Parlamentares sobre quatro anos da morte de Marielle Franco. Investigações paralisadas, troca de delegados, mudanças na Polícia Federal, e até hoje ninguém sabe quem mandou matar Marielle Franco. Mas corre esse processo e pedimos que a imparcialidade, que não se... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Arilson, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... que não se tenha interferência sobre a polícia, tanto estadual quanto federal; que a verdade apareça. Marielle representa, representou, a luta da mulher pobre, negra, de periferia. Foi eleita vereadora e teve o destino mais trágico dos últimos tempos da história política. O Brasil precisa saber quem foi o autor ou quem mandou fazer isso. Não dá para ter tanta enrolação nesses quatro anos e não se saber quem é o assassino. Com o número de tecnologias existentes, com a quantidade de informações e com tudo já rolado, o Brasil precisa saber: quem mandou matar Marielle Franco? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel

Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (53 Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa: Delegado Jacovós (PL) (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 77/2022**, do Deputado Artagão Junior, que denomina Rota Cerro do Leão o trecho situado entre os municípios de Irati, Inácio Martins e o Distrito de Guará, em Guarapuava, Paraná; **Autuado sob o n.^º 78/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, que estabelece penalidades administrativas a quem impedir, invadir, ocupar e/ou perturbar culto ou celebração religiosa, no âmbito do Estado do Paraná.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 2/2022**, da Comissão Executiva, que reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõe o art. 65 da Lei Complementar Federal n.^º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública no município de Fazenda Rio Grande.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 6/2022**, da Comissão de

Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de agosto de 2021; **Autuado sob o n.^º 7/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de setembro de 2021; **Autuado sob o n.^º 8/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de outubro de 2021; **Autuado sob o n.^º 9/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de novembro de 2021.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Sr.^s Deputados, temos o **Item 1** e o **Item 2**, Redação Final, vamos fazer a votação simbólica.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 614/2021, de autoria do Deputado Ademir Bier, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Inclusive nas Artes, com sede no município de Curitiba. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Resolução n.^º 6/2021, de autoria dos Deputados Delegado Francischini, Cristina Silvestri, Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Hussein Bakri, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros, que denomina Auditório Legislativo Deputado Delegado Rubens Recalcatti o Auditório Legislativo localizado no terceiro andar (Piso 2B) do Prédio do Plenário, que integra o Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 497/2020, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Kazuco Akamine, com sede no município de Campina Grande do Sul. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham a votação os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Estamos aguardando o voto do Deputado Alexandre Curi. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Pluto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Delegado Jacovós e Tercílio Turini (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 497/2020.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 717/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini e Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Alberto Garcia. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Como encaminham a votação os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Bela iniciativa. Parabenizo os colegas Deputados. Conheci o grande futebol desse craque do Londrina, parabéns. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição orienta voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Douglas Fabrício e Requião Filho. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Requião Filho e Tercílio Turini (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 717/2021.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 40/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 4/2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, públicas ou privadas para financiamento parcial da execução da obra de duplicação da PR-317 – trecho Iguaraçu a Maringá. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Encaminhamos “sim”. Pedimos a todos os colegas o voto “sim” para o importante Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos de Deputado Boca Aberta, Luiz Carlos Martins e Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Delegado Jacovós e Tercílio Turini (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 40/2022.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 651/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1973/021, que altera o anexo da Lei Estadual n.º 20329, de 24 de setembro de 2020, que unifica os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e estabelece outras providências, com inclusão do anexo IV para que conste as atribuições dos cargos comissionados de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pedimos voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando o voto dos Deputados Dr. Batista, Luiz Carlos Martins, Deputada Maria Victória e Deputado Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Plauto Miró e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei nº 651/2021.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 696/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção Animal 4 Patas Mateus do Sul, com sede no município de São Mateus do Sul. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos do Deputado Anibelli Neto, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Plauto Miró e Soldado Adriano José, que acabou de votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior,

Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró e Tercílio Turini (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 696/2021.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 22/2022, de autoria dos Deputados Maria Victória e Elio Rusch, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Anatalício Risden Júnior. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição está liberada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que nosso voto é “sim”, da Base do Governo é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): *Pela ordem, Deputado Alexandre Amaro.*

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Queria só aproveitar, Presidente, enquanto nossos amigos votam, Deputados, e dizer que hoje é o *Dia Nacional dos Animais*. Então, todos que temos aí consciência, voz, temos que dar voz àqueles que não têm, no caso os animais. Gostaria até de pedir, se fosse do agrado de todos, para pautarmos alguns projetos na CCJ que falam sobre isso, como tem um Projeto do Deputado Estacho que proíbe as carroças aqui nos grandes centros, que assino com ele e também o Deputado Michele Caputo, porque esses dias vimos uma atrocidade aqui no Paraná. O rapaz amarrou um cavalo e foi puxando, ele esqueceu e foi arrastando até ele morrer. Temos alguns projetos de leis nesta Casa, que poderíamos fazer algo para pautá-los devido à importância que os animais têm hoje em nossas vidas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins e Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Votaram Não:** Requião Filho (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Delegado Jacovós, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado Projeto de Lei n.º 22/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Tem?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, posso fazer uma explicação para que V.Ex.^a possa ter um ganho de tempo? Tenho um requerimento da Deputada Mabel que estamos dando a resposta para a assessoria dela. Ela está *on-line* e obviamente queria entregar em mãos aqui, mas está sendo entregue, pelo qual pediria para que ela pudesse fazer a retirada, tendo em vista que a informação está sendo passada à assessoria dela. E os demais, que é do Deputado Arilson, transformado em envio de expediente, e tem um meu que é dispensa de Redação Final.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Consultamos a Deputada Mabel Canto se realmente concorda e pode retirar o requerimento. (**Requerimento protocolado sob o n.º 374/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, acerca dos contratos de terceirização dos agentes educacionais do Estado.)

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Senhor Presidente, ouve-me?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Estou ouvindo.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Vou retirar o requerimento, minha assessoria teve acesso agora à resposta. Vamos analisar e trazer o conteúdo. Quero agradecer à Liderança por trazer a resposta, inclusive foi o tema hoje de fala do Deputado Tadeu Veneri, sobre a questão das terceirizações e traremos, também, vamos dividir essa resposta também com a Oposição. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Ok. Obrigado, Deputada Mabel. Então, ela faz a retirada. **Requerimento retirado pela autora.**

O Requerimento do Deputado Arilson Chiorato (**Requerimento protocolado sob o n.^º 404/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo informações sobre possíveis fraudes trabalhistas e prejuízos aos trabalhadores e à gestão escolar no Paraná.), transformado em envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

E o **Requerimento n.^º 403/2022**, do Deputado Hussein Bakri, requerendo dispensa de votação de redação final ao Projeto de Lei n.^º 40/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^ºs 390 e 393/2022, do Deputado Francisco Buhrer, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Dr. Brasílio Vicente de Castro, e Ricardo Tadeu Kusch; **Requerimentos n.^ºs 391, 396 e 397/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Pastor Marcio Oliveira Correia; ao casal Pastor Josias Gomes da Silva e Irmã Geneci Pereira da Silva, e ao Pastor Elson Pereira; **Requerimento n.^º 394/2022**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e envio de congratulações com menção honrosa à Equipe do Colégio Agrícola do município de Foz de Iguaçu; **Requerimento n.^º 395/2022**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando o registro e envio de congratulações com menção honrosa à Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 398/2022**, do Deputado Guto Silva, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de Luiz Navarini; **Requerimento n.^º 400 e 401/2022**, do Deputado Anibelli Neto, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de: Vereador Antônio Carlos da Silva, e Sarah Cristina Piccinini; **Requerimento n.^º 402/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Diretor-

Presidente da Copel, Daniel Pimentel Slaviero, requerendo que a empresa não implemente na tarifa de energia o reajuste, a ser autorizado pela Aneel, referente à revisão tarifária periódica, historicamente anunciada no mês de junho; **Requerimento n.º 405/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando envio de expediente ao Coordenador da Bancada do Estado do Paraná na Câmara, Deputado Toninho Wandscheer, e ao Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, para que atuem junto ao Presidente da Mesa Executiva para a inclusão na pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 3028/2008 e seus apensados, que dispõem sobre a remissão da pena aos condenados que doarem sangue regularmente; **Requerimento n.º 406/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando envio de expediente ao Presidente o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, consultando sobre a possibilidade de edição de um Ato Normativo equivalente à Portaria n.º 1, de 23 de março de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que estabelece diretrizes de Política Criminal para abatimento da pena de prestação de serviços à comunidade em casos de doação de sangue e a possibilidade de oferta aos apenados da oportunidade da remição da pena através da livre opção pela doação regular de sengue; **Requerimento n.º 407/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo cópia dos Projetos de duplicação da PR-317 – Trecho Iguaraçu à Maringá; **Requerimento n.º 408/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e envio de congratulações ao Grupo Dignidade; **Requerimento n.º 409/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Diretor do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo a manutenção das rodovias federais e a melhoria da iluminação nas praças de pedágio; **Requerimentos n.ºs 410 a 416 e 418 a 445/2022**, do Deputado Plauto Miró, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Maria Lemes Ferreira, Maria Caetano Alves, Martha Malczwski, Marilene Luzia Germano da Silva, Maria Lindamir da Silva Oliveira, Maria de Jesus da Silva de Almeida, Laurinda Pinheiro de Araújo, Iagradir Antunes de Andrade, Didima Grimbor Teixeira, Amalia dos Santos, Maria Augusta Teixeira Tadra, Nelcy Degraf,

Idavina Libania Cordeiro, Antonia Viudes Rocha, Pedro Alves Ferreira, Jorge Alberto Ader, Joaquim Lopes de Oliveira, Altino Gonçalves da Silva, Luiz Carlos Lavalle, Eurides Iloinal Freitas Camargo, Jorge Cantar Felix da Silva, Assis Vidal, Antonio Rodrigues Dias, Vera Lucia Brogian, Maria Bernadete Kraft Kohler, Leonilda Aparecida de Lima e Silva, Izoni Vieira Biliky, Roberto Moacyr Ramos, Mario Teixeira Pinto, Jose Adir Pereira Guerling, Elisabeth César Maschke, Domingos Gonçalves Pedroso, Gil Bueno Magalhães, João Ivanski, e João Maria Soares; **Requerimento n.º 417/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo que seja informado o número de ocorrências registradas em 2021 em decorrência de violência contra a mulher.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 399/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o uso do Grande Expediente do dia 4 de abril de 2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 392/2022**, do Deputado Francisco Buhrer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de março de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 15 de março de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 377/2021, 651/2021, 696/2021 e 22/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 421/2019, 309/2021, 755/2021, 47/2022 e 48/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h03, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)